



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

FRANCISCA SIDMA FERREIRA DE SOUZA

**O PAPEL DO SISTEMA UAB NA FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS DA
REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ.**

Fortaleza
2014



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

FRANCISCA SIDMA FERREIRA DE SOUZA

**O PAPEL DO SISTEMA UAB NA FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS DA
REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista.

Prof. Orientador: John Hebert da Silva Felix

Fortaleza
2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)

Biblioteca Setorial Campus Liberdade

Catálogo na fonte

Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

Souza, Francisca Sidma Ferreira de Souza.

S713p

O papel do sistema UAB na formação de gestores públicos da região do Maciço de Baturité. / Francisca Sidma Ferreira de Souza. Redenção, 2014.

70 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Prof. Dr. John Hebert da Silva Felix.

Inclui Quadros, Figuras, Referências e Apêndices.

1. Administração pública 2. Universidade aberta 3. Ensino à distância. I. Título.

CDD 371

AGRADECIMENTOS

A DEUS, o Senhor do Universo, por estar sempre ao meu lado nessa caminhada que é a vida.

Ao professor John Hebert da Silva Felix, pela orientação que tornou possível a realização deste trabalho.

A toda a minha família, e em especial a minha mãe, Maria José, que é minha inspiração e motivação e sem ela não teria forças para viver.

A minha irmã Cyntia Maria e ao Sr. João Correia Nascimento Júnior, pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

Aos professores Artemis Pessoa Guimarães e Ramon Souza Capelle de Andrade, por fazerem parte da banca examinadora.

Aos amigos de trabalho nas pessoas de Waltherlan Gadelha de Brito, Bárbara Eleodora Santiago Gomes, Renata Primo de Sousa Paz, Diego Victor Simões de Sousa e Manoel Mariano Siqueira Junior, por serem pessoas tão especiais, das quais não pretendo esquecer nunca.

Aos demais só me resta agradecer pela contribuição, que de forma direta ou indireta engrandeceu este trabalho.

“Tudo posso naquele que me fortalece”.
Filipenses 4:13

RESUMO

A Universidade Aberta do Brasil contribui para um avanço da educação superior brasileira com seus cursos e programas na modalidade EAD. A democratização e a interiorização do ensino superior no Brasil são objetivos do sistema UAB e corroboram para a formação e aperfeiçoamento de profissionais de diversas áreas, inclusive na área de gestão pública. Este trabalho aborda alguns aspectos da educação a distância no Brasil e na região do Maciço de Baturité, relacionando-os com o sistema UAB e seu papel de expansão da oferta de cursos e programas de educação superior. A metodologia usada neste Trabalho de Conclusão de Curso foi uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de analisar a educação a distância no Brasil e na região do Maciço de Baturité, bem como fazer um panorama da formação de gestores públicos nessa região, considerando o Programa Nacional de Administração Pública. Também foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de um questionário composto por sete questões subjetivas e três objetivas. O questionário foi aplicado e respondido por 62 (sessenta e dois) alunos dos Cursos de Especialização em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Gestão em Saúde e do Curso de Bacharelado em Administração Pública, ofertados na Unilab (modalidade EAD). Os resultados obtidos foram extremamente importantes para a conclusão do trabalho, tendo em vista que as respostas dos entrevistados significaram a compreensão do assunto abordado e a confirmação da importância do sistema UAB para o Maciço de Baturité.

Palavras-chaves: gestor público, formação, UAB, Maciço de Baturité.

ABSTRACT

The Universidade Aberta do Brasil, with its courses and distance education programs, has made contributions to the improvement of Brazilian Higher Education. The democratization and internalization of Brazilian Higher Education are the goals of the UAB system. These goals aim at the instruction and improvement of professionals from so many areas, including Public Management. In this work, some aspects of distance education in Brazil and in the Maciço de Baturité region are explained, relating them with the UAB system and its role in expanding courses and program offerings in Higher Education. In this work, we use a methodology based on a bibliography research, aiming to analyze the distance education in Brazil and in the Maciço de Baturité region. In addition, we will show how public managers have been training in the Maciço de Baturité, considering the National Program in Public Administration. Finally, we did a Field Research that consisted of seven subjective questions and three objective questions to gather information that can contribute to understanding and proof of the subject of this work. A Field survey was also performed using a questionnaire consisting of seven objective questions and three subjective questions. The questionnaire was answered by 62 students of the Specialization Courses in Public Administration, Municipal Public Administration, Health Management and Course of Bachelor in Public Administration, all offered by Unilab (Distance Education Mode). The results were extremely important for the conclusion of the research, considering that the answers of the respondents meant the understanding of the subject and also the confirmation of the importance of the UAB system to the Maciço de Baturité.

Keywords: public manager, training, UAB, Maciço de Baturité.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Histórico da EAD pela Europa.....	15
Quadro 2 - Histórico da EAD pela América do Norte.....	16
Quadro 3 – Histórico da EAD pela África.....	17
Quadro 4 – Histórico da EAD pela Oceania.....	17
Quadro 5 – Histórico da EAD pela Ásia.....	17
Quadro 6 – Gerações da EAD.....	18
Quadro 7 – Polo de Aracoiaba.....	23
Quadro 8 – Polo de Redenção.....	24
Quadro 9 – Composição da equipe do polo.....	32
Quadro 10 – Mudanças perspectivas comparativas entre a antiga e a nova gestão pública.....	38
Quadro 11 – Diferença entre gerente e líder.....	41
Quadro 12 – Curso PNAP na região norte.....	46
Quadro 13 – Curso PNAP na região nordeste.....	46
Quadro 14 – Curso PNAP na região sudeste.....	50
Quadro 15 – Curso PNAP na região sul.....	52
Quadro 16 – Curso PNAP na região centro-oeste.....	53
Quadro 17 – Progressão percentual da evolução do pessoal ocupado total, nas administrações direta e indireta Brasil 2006/2013.....	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico mostrando a distribuição do sexo dos entrevistados.....	60
Figura 2 – Gráfico mostrando a distribuição da idade dos entrevistados.....	60
Figura 3 – Gráfico mostrando a distribuição do local de residência dos entrevistados.....	61
Figura 4 – Gráfico mostrando a distribuição do local de atuação profissional dos entrevistados.....	61
Figura 5 – Gráfico mostrando a distribuição dos entrevistados que atuam na área da gestão..	62
Figura 6 – Gráfico mostrando a distribuição dos entrevistados que tem interesse em atuar na área de gestão.....	62
Figura 7 – Gráfico mostrando a distribuição da participação por curso dos entrevistados.....	63
Figura 8 – Gráfico mostrando a distribuição da influência do curso na vida profissional dos entrevistados.....	63
Figura 9 – Gráfico mostrando a distribuição da importância do sistema UAB para os entrevistados.....	64

FRANCISCA SIDMA FERREIRA DE SOUZA

O PAPEL DO SISTEMA UAB NA FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS DA
REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização em Gestão Pública
da Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública.

Aprovação em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. John Hebert da Silva Felix
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Artemis Pessoa Guimarães
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ramon Souza Capelle de Andrade
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Fortaleza
2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	14
2.1 Conceito.....	14
2.2 Histórico do ensino a distância.....	14
2.3 A evolução da EAD pelo mundo.....	15
2.4 Gerações da EAD.....	18
2.5 Regulamentação da EAD.....	19
2.6 Ensino a distância no Brasil.....	20
2.7 EAD na região do Maciço de Baturité.....	22
3. UNIVERSIDADE ABERTA.....	25
3.1 Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	25
3.2 Regulamentação da UAB.....	26
3.3 Funcionamento do sistema UAB.....	29
4. GESTÃO PÚBLICA.....	36
4.1 Conceito.....	36
4.1.1 Perspectivas comparativas da antiga e da nova gestão.....	37
4.2 Formação de gestores públicos.....	40
4.2.1 O perfil do novo gestor público.....	40
4.2.2 Área de atuação dos gestores públicos.....	43
4.3 Formação de gestores no Brasil e no Maciço de Baturité.....	44
4.3.1 Cursos na área de gestão pública ofertados no Brasil e no Maciço de Baturité.....	45
4.3.2 O papel do sistema Universidade Aberta do Brasil na formação de gestores públicos na região do Maciço de Baturité.....	56
5. METODOLOGIA DO TRABALHO.....	59
6. PESQUISA DE CAMPO.....	60
6.1 Apresentação e análise dos resultados.....	60
7. CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
APÊNDICES – Questionário.....	70

INTRODUÇÃO

O sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), instituído pelo decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, foi criado com o principal objetivo de desenvolver a modalidade de educação a distância, expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país (UAB, 2014).

De acordo com o Decreto nº 5.800, os outros objetivos do sistema UAB são: oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores da educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; ampliar o acesso à educação superior pública; reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país; estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (UAB, 2014).

O sistema UAB, em parceria com a CAPES, as Instituições de Ensino Superior (IES), Governos Federal, Estadual e Municipal, funciona como um articulador entre essas instâncias para a melhoria da educação superior e para a formação continuada dos profissionais da área da educação básica.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), por meio da sua Diretoria de Educação Aberta e a Distância, é responsável pelas políticas institucionais nessa modalidade de ensino, tendo a oportunidade de participar dos programas e editais da Universidade Aberta do Brasil (Unilab, 2014).

A Unilab, localizada na cidade de Redenção-CE, iniciou suas atividades de educação a distância no ano de 2012 com o lançamento dos editais dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, além do curso de graduação em Administração Pública. As aulas tiveram início em março de 2013 e as turmas estão funcionando regularmente.

A Unilab, em parceria com o sistema UAB, vem oferecendo oportunidades aos diversos profissionais que pretendem se especializar em suas respectivas áreas, bem como oportunidades àqueles que tem interesse em ingressar no ensino superior.

Os desafios do sistema Universidade Aberta do Brasil são muitos, mas destacam-se: institucionalização e democratização do ensino a distância no Brasil.

Considerando que a oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância, por meio da UAB, nas regiões do interior do Brasil viabiliza a universalização do ensino superior no país, e considerando a pouca quantidade de gestores na região do maciço de Baturité, destacamos a relevância do sistema UAB para a melhoria da educação superior no Brasil.

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar o papel deste sistema na formação de gestores públicos na região do Maciço de Baturité.

O trabalho está dividido em seis capítulos a partir da introdução. No segundo capítulo é apresentado o histórico do ensino a distância, bem como sua regulamentação. Ainda se buscou destacar como é realizado o ensino a distância no Brasil e na região do Maciço de Baturité.

O terceiro capítulo trata do surgimento do Sistema Universidade Aberta do Brasil, seu funcionamento, bem como sua regulamentação.

No quarto capítulo é analisado o processo de formação de gestores no Brasil, além de destacar qual o papel do sistema UAB para a formação de gestores na região do Maciço de Baturité.

O quinto capítulo traz a metodologia que foi utilizada para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

O sexto capítulo é sobre a análise das informações obtidas por meio da pesquisa de campo, realizada com 62 alunos dos cursos ofertados pela Unilab na modalidade EAD, onde se buscou coletar dados afim de enfatizar e facilitar a compreensão do assunto abordado. Na pesquisa foi utilizado um questionário (Apêndice) com três questões subjetivas e sete questões objetivas.

No último capítulo são apresentadas as conclusões e as respectivas considerações finais do assunto tratado.

2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Neste capítulo são analisadas algumas questões envolvendo a educação a distância, tais como: definição, história, regulamentação, ensino a distância no Brasil e na região do Maciço de Baturité-CE.

2.1 Conceito

Para compreendermos melhor a questão da educação a distância, primeiramente é necessário conhecermos como os especialistas definem EAD.

Para Mattar (2011), na educação a distância os alunos e professores estão separados geograficamente e a comunicação é feita por meio de diversas tecnologias.

De acordo com o art.1º do decreto nº 5.622, de 19 de janeiro de 2005, “[...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

O ensino a distância se tornou um instrumento de apoio na formação de profissionais com características que o diferenciam do modelo tradicional. Percebemos que muitos profissionais especialistas na questão de educação a distância destacam algumas características comuns à EAD, como por exemplo, a flexibilidade, além dos meios tecnológicos, que são utilizados no processo de EAD.

Aretio (1994), define EAD como sendo um sistema bidirecional de comunicação, que substitui os elementos “professor e aluno” pelo conjunto de diversos recursos didáticos e pela tutoria, proporcionando assim flexibilidade aos estudantes.

Os sistemas EAD significam para as organizações mais agilidade e praticidade nos seus processos decisórios, além de proporcionar economia, no que se refere a espaço e tempo.

2.2 Histórico do ensino a distância

As primeiras experiências envolvendo a educação a distância, datam a partir do final do século XVIII com o início da educação por correspondência.

Para Peters (2003, pg.29):

Se acompanharmos a história da EAD, perceberemos que houve um desenvolvimento desde as primeiras tentativas singulares na antiguidade até a difusão inesperada e surpreendente desta forma de ensino e aprendizagem por todo o mundo na segunda metade do século XIX. Este desenvolvimento ficou dramático nos últimos 25 anos com o advento das universidades abertas e está no momento correndo com uma velocidade de tirar o fôlego com a criação das universidades virtuais. Perscrutando o futuro poderíamos até prever que este desenvolvimento irá a se fortalecer [...] tornando-se uma parte indispensável de todo o mundo. Seu custo benefício relativo será decisivo neste processo, especialmente nos países em desenvolvimento.

Segundo Peters (2003), as primeiras experiências nesta modalidade de ensino foram realizadas por São Paulo¹, que com uso de tecnologias da escrita e dos meios de transporte para fazer trabalhos missionários, não foi obrigado a se deslocar de uma região para outra.

Ao longo dos anos, foram registradas inúmeras experiências em EAD pelo mundo. Pivar Junior; Pupo; Gamez e Oliveira (2011) destacam que em 1840 Issac Pittman ensinou estenografia por correspondência, na Inglaterra. Em 1871, James Stuart criou um roteiro de viagens para professores palestrantes, e que mais tarde se transformou no Sistema de Extensão Universitária da Universidade de Cambridge, segundo Pivar Junior *et al.* (2011, p.2).

A partir do começo do século XX começaram os primeiros cursos na modalidade EAD nos Estados Unidos e na segunda metade as primeiras universidades abertas começaram a ser criadas.

Na segunda guerra mundial vários métodos de comunicação a distância foram desenvolvidos, entre eles, o código morse², instrumento utilizado pelas tropas americanas para o treinamento dos soldados, e que, mais tarde, veio a ser utilizado como meio de integração entre as cidades atingidas pela guerra.

A partir daí os métodos de ensino a distância começaram a se aprimorar e a incorporar novas tecnologias.

2.3 A evolução da EAD pelo mundo

Entre os séculos XX e XXI a EAD evoluiu e isso pode ser comprovado nos fatos históricos que aconteceram ao longo dos anos em alguns continentes. Os quadros 1, 2, 3 e 4 mostram os principais registros na história da educação a distância na Europa, América do Norte, África, Oceania e Ásia.

Quadro 1 – Histórico da EAD pela Europa

HISTÓRICO DA EAD NA EUROPA	
1833	O número 30 do periódico sueco Lunds Weckoblad comunica a mudança de endereço, no mês de agosto, para as remessas postais dos que estudam “composição” por correspondência
1840	Criação do sistema de taquigrafia à base de fichas e intercâmbio postal pelo inglês Isaac Pitman
1843	Fundação da Phonographic Correspondence Society, que se encarrega de corrigir as fichas com os exercícios de taquigrafia
1856	Em Berlim, a sociedade de línguas modernas patrocina os professores Charles Toussain e Gustav Laugenschied para ensinar francês por correspondência

¹ Apóstolo Paulo, que escreveu epístolas para ensinar cristãos da Ásia Menor como viver em um ambiente desfavorável.

² Sistema de representação de letras, números e sinais de pontuação por meio de um sinal codificado enviado intermitentemente.

1858	A Universidade de Londres passa a conceder certificados a estudantes externos que recebem ensino por correspondência
1894	O Rutinsches Fernlehrinstitut de Berlim organiza cursos por correspondência
1903	Júlio Cervera Baviera abre, em Valência, Espanha, a Escola Livre de Engenheiros
1914	Fundação da Norst Correspondanseskole na Noruega, e na Alemanha, a Fernschule Jena
1920	Implantação do sistema por correspondência na antiga URSS
1939	Surge o centro nacional de ensino a distância na França
1940	Início da modalidade de estudo nos países do centro e leste europeu
1947	Transmissão de aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris por meio da Rádio Sorbonne
1962	Início da experiência de Bacharelado Radiofônico na Espanha
1963	Surge o Centro Nacional de Ensino Médio por Rádio e Televisão na Espanha
1968	O Centro Nacional de Ensino Médio por Rádio e Televisão da Espanha é transformado em Instituto Nacional de Ensino Médio a Distância
1972	Criação, na Espanha, da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED)
1975	Criação da Fernuniversität, na Alemanha
1979	Criação do Instituto Português e Ensino a Distância
1988	Surgimento da UAB em Portugal

Fonte: (Dalmau, 2011, p. 38)

Quadro 2 – Histórico da EAD pela América do Norte

HISTÓRICO DA EAD NA AMÉRICA DO NORTE	
1728	A Gazeta de Boston oferece em um anúncio: “material para ensino e tutoria por correspondência”
1873	Surge, em Boston, EUA, a sociedade para a promoção do estudo em casa
1883	Começa a funcionar, em Nova Iorque, a universidade por correspondência
1891	Criação, na Universidade de Chicago, de um departamento de ensino por correspondência; são criadas nos EUA as escolas internacionais por correspondências

1903	As escolas Calver, de Baltimore, EUA, criam um departamento de formação em casa, para acolher crianças de escolas primárias que estudam sob a orientação dos pais
1938	Primeira Conferência Internacional sobre a educação por correspondência
1956	Nos EUA inicia-se a emissão de programas educativos por televisão no Chicago TV College
1964-1968	Criação do projeto AIM (Articulated Instructional Media)
1972	Criação, pela Universidade de Maryland, da Open University Division, que oferece cursos universitários a distância
1983	Constituição da Canadian Association for Distance Education (CADE)
1992	Criação da American Association for Collegiate Independent Study (AACIS)

Fonte: (Dalmau, 2011, p.41)

Quadro 3 – Histórico da EAD na África

HISTÓRICO DA EAD NA ÁFRICA	
1946	A Unirversidade de Sadáfrica (UNISA) começa a ensinar também por correspondência
1955	A UNISA dedica-se exclusivamente a desenvolver cursos a distância
1973	Criação da African Association for Distance Education (AADE)

Fonte: (Dalmau, 2011, p. 42)

Quadro 4 – Histórico da EAD na Oceania

HISTÓRICO DA EAD NA OCEANIA	
1910	Professores do curso primário começaram a receber material de educação secundária pelo correio, em Vitória, Austrália
1922	A New Zeland Correspondence School começa suas atividades com a intenção inicial de atender a crianças isoladas ou com dificuldade para frequentar as aulas convencionais
1963	Dois instituições neozelandesas se unem Victoria University of Wellington e Massey University entre for University Extramural Studies da Nova Zelândia
1975	Murdoch University, em Perth, inicia atividades mistas
1978	Início dos primeiros cursos a distância da Deakin University, em Geelon (Victoria)

Fonte: (Dalmau, 2011, p. 43)

Quadro 5 – Histórico da EAD na Ásia

HISTÓRICO DA EAD NA ÁSIA	
1960	Funda-se o Beijin Broadcasting and Television, na China
1962	A Universidade de Delhi abre o departamento de estudos por correspondência
1972	Criada a Korea Air and Correspondence University (República da Coreia)
1974	Criação da Allama Iqbal Open University, no Paquistão
1978	Beijin Broadcasting and Television passa a se chamar China TV University System
1985	Criação da Indira Gandhi National Open University na Índia

Fonte: (Dalmau, 2011, p. 44)

2.4 Gerações da EAD

De acordo com Dalmau (2011, p. 33), a história da Educação Aberta a Distância divide-se em cinco gerações, cada uma com suas características e meios de comunicação da época:

- 1) **Primeira Geração:** cursos por correspondências;
- 2) **Segunda Geração:** novas mídias e universidades abertas;
- 3) **Terceira Geração:** EAD on line;
- 4) **Quarta Geração:** aumento da capacidade dos computadores;
- 5) **Quinta Geração:** agentes inteligentes.

Para melhor visualizar as cinco gerações e suas tecnologias utilizadas, vejamos o quadro 6 a seguir:

Quadro 6 – Gerações da EAD

Geração EAD	Tecnologias utilizadas
1ª Geração	Papel impresso e, anos mais tarde, ganha a participação do rádio e da televisão. Característica: uma tecnologia predominante.
2ª Geração	Fitas de áudio, televisão, fitas de vídeo, fax e papel impresso. Característica: múltiplas tecnologias sem computadores.
3ª Geração	Correio eletrônico, papel impresso, sessões de chat, mediante uso de computadores, internet, cd, videoconferência e fax. Característica: múltiplas tecnologias, incluindo os computadores e as redes de computadores.
4ª Geração	Correio eletrônico, chat, computador, internet, transmissões em banda larga, interação por vídeo e ao vivo, videoconferência, fax, papel impresso.

	Característica: múltiplas tecnologias, incluindo o começo das tecnologias computacionais de banda larga.
5ª Geração	Identificada por James C. Taylor como sendo a reunião de tudo o que quarta geração oferece mais a comunicação via computadores com sistema de respostas automatizadas, além de acesso via portal a processos institucionais. Enquanto a quarta geração é determinada pela aprendizagem flexível, a quinta é determinada por aprendizagem flexível inteligente.

Fonte: (Silva; Pesce e Zuin, 2010, p. 31)

2.5 Regulamentação da EAD

O ensino a distância no Brasil foi incluído na legislação brasileira a partir da criação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, na qual estabelece, em um de seus artigos, incentivo ao desenvolvimento e circulação de programas EAD.

O artigo 80 da Lei nº 9.394/96, traz em seu texto os pontos importantes a respeito do ensino a distância em todos os seus níveis e modalidades.

Art.80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; (Redação dada pela Lei 12.603 de 2012)

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Em 19 de dezembro de 2005, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, assinou o decreto nº 5.622, que regulamenta o artigo 80 da Lei 9.394/96. Para Mota; Chaves (2006) o decreto 5.622/05 visa credenciar institucionalmente a modalidade EAD, além de supervisioná-la, acompanhá-la e avaliá-la com padrões de qualidade.

De acordo com Dalmau (2011, p.59), o decreto 5.622/05 destaca alguns pontos relevantes, por equiparar o ensino a distância ao ensino presencial:

1. Obediência às diretrizes curriculares;
2. Duração dos cursos igual à definida na modalidade presencial para cursos equivalentes;
3. Controle de frequência definido no projeto pedagógico;

4. Diploma com validade nacional;
5. Os resultados dos exames presenciais periódicos prevalecem sobre os demais resultados obtidos em outras formas de avaliação a distância;
6. Instituição de Ensino Superior (IES) com autonomia universitária não necessita de autorizações para ofertar novos cursos superiores;
7. O ato de credenciamento definirá a abrangência de sua atuação no território nacional;
8. Participação dos estudantes nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) juntamente e em igualdade de condições com os presenciais;
9. Reforço da obrigatoriedade dos momentos presenciais para as avaliações, estágios previstos na lei, defesa de trabalho de conclusão de curso e atividades de laboratório; e
10. Credenciamento/recredenciamento das IES para ofertas de cursos superiores a distância, feito pela União – único e por no máximo cinco anos.

Conforme o Ministério da Educação (MEC) a legislação que ampara a educação a distância, ainda envolve os seguintes decretos e portarias:

- Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
- Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 – altera dispositivos dos Decretos 5.622/05 e 5.773/06;
- Portaria nº 01, de 10 de janeiro de 2007 – estabelece o calendário de avaliações do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para o triênio 2007/2009;
- Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007 – institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;
- Portaria nº 10, de 02 de julho de 2009 – fixa critérios para dispensa de avaliação in loco e dá outras providências;

Fonte: disponível em <portal.mec.gov.br>

2.6 Ensino a distância no Brasil

A modalidade de ensino a distância historicamente passou por vários momentos e transformações ao longo dos séculos XIX e XX.

Desde as comunicações por correspondência até chegar aos recursos mais modernos que existem hoje, a EAD vem traçando um árduo caminho para se consolidar como um programa de ensino em todos os seus níveis e modalidades.

Vale ressaltar que, fazendo um panorama da história da educação a distância no Brasil, percebemos que os recursos tecnológicos e os meios de comunicação foram fundamentais para a propagação e o desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

No Brasil foram registrados alguns fatos que marcaram historicamente o ensino a distância no país. Vejamos a seguir algumas iniciativas que marcaram a história da EAD no Brasil na visão de Piva Jr (*et al*, 2011):

1923 - Há registro do curso por correspondência oferecido pela Rádio Sociedade Rio de Janeiro, assim como o curso da Fundação Roquete Pinto;

1934 - Surgiu o Instituto Monitor, que ministrava cursos por correspondências;

1941 - Foi criado o Instituto Universal Brasileiro;

1950 - Criação do MEB, para formação da educação de base;

1967 - Foi implantado o Projeto Saci, com educação via satélite com material impresso e de rádio para formação de professores;

1976 - Foi criado o Sistema Nacional de Teleducação;

1973 a 1983 - Implantação da Pós-graduação tutorial a distância (Posgrad) pela CAPES e administrada pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT);

1980 - A Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) foi pioneira nas ofertas de cursos de licenciatura plena em educação básica: 1ª a 4ª séries do primeiro grau;

1995 - Criação da Secretaria de Educação a distância (Seed) junto ao Ministério da Educação e Cultura;

1996 - Criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

1998 - Criação dos Decretos nº 2.494 e 2.561 (ambos revogados pelo Decreto nº 5.622/05);

2004 - Portaria MEC nº 4.059 que trata da oferta de 20% da carga horária dos cursos superiores na modalidade semipresencial;

2005 - Foi criado o Decreto nº 5.622/05, que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394/96;

2006 - Criação do Decreto nº 5.773, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;

2007 - Criação do Decreto nº 6.303 e as Portarias Normativas nº 1, nº 2 (revogada), nº 40;

2009 – Criação da Portaria nº 10, que fixa critérios para dispensa de avaliação in loco e dá outras providências.

Percebemos que no Brasil, desde os primeiros cursos por correspondência até os dias atuais, o ensino a distância se desenvolveu e se espalhou pelo país, no entanto, ainda é pequeno o número de instituições que adotaram esse método.

De acordo com a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), existem no Brasil cerca de 220.000 escolas públicas e privadas, sendo 2.300 de ensino superior. Segundo a ABED (2014), os indicadores revelam que menos de 250 instituições de ensino são oficialmente credenciadas e adotam a EAD em seus projetos pedagógicos. Dessas 250 instituições 32% são da educação básica e 68% da educação superior.

Alguns fatores influenciam nos dados mencionados acima, tais como: ausência de incentivos e políticas públicas para o setor, o lento e exigente processo para credenciamentos, a falta de recursos humanos especializados, o desgaste da EAD decorrente de projetos realizados por instituições com pouca idoneidade, além da ausência ou excesso de regulamentação. Neste último caso considera-se “excesso” a unidade da federação com excesso de normas e, “ausência”, unidades com nenhuma regulamentação (ABED,2014).

Dentro do contexto de EAD no Brasil, as instituições que investirem nessa metodologia colherão bons resultados. A exemplo disso temos a Universidade Federal do Ceará (UFC), que atualmente possui uma Unidade Acadêmica voltada para ações de educação a distância chamado Instituto UFC Virtual.

O Instituto UFC Virtual possui convênios com diversas universidades brasileiras e estrangeiras, dando oportunidade a alunos, de graduação e pós-graduação, e professores de desenvolverem estudos e projetos na área da educação na modalidade EAD (UFC Virtual, 2014).

Atualmente a Universidade Federal do Ceará se destaca entre as universidades públicas do país pela oferta de cursos do Sistema UAB em vários municípios do Estado do Ceará. Ao longo dos seus 59 anos a UFC conquistou prestígio e reconhecimento da sociedade cearense e segue na busca pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.

2.7 EAD na região do Maciço de Baturité

A região do Maciço de Baturité localiza-se no sertão central do Ceará e é composto pelos municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Antes de falarmos sobre a educação a distância na região do Maciço de Baturité, é necessário conhecermos a regulamentação da EAD no Estado do Ceará, que foi deliberada pelo Conselho de Educação do Estado.

Segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), em 7 de junho de 2000 foi instituída a Resolução nº 360, que dispõe sobre a utilização dos recursos de educação a distância no Ceará.

A resolução foi criada com o objetivo de normatizar a utilização dos recursos de educação a distância, no âmbito do sistema de ensino do Ceará, compatibilizando-os com os demais sistemas da federação (ABED, 2014)

A abordagem da Resolução nº 360/2000 é em relação à conceituação, características e funções da EAD, bem como o credenciamento das instituições, autorização e reconhecimento dos programas e cursos, além das disposições gerais e das disposições transitórias e finais.

Existe ainda, no âmbito do Estado do Ceará, a Lei nº 15.321, de 4 de Março de 2013, que estabelece, em seu Art. 2º, a criação do Centro de Educação a Distância do Estado do Ceará (CED), vinculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece). Desde junho de 2014 o CED está vinculado à Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) (D.O.E, 2014).

Com infra-estrutura para atuar no campo da Física, Biologia, Química, Matemática e Informática, o Centro de Educação a Distância envolve profissionais especializados em suas respectivas áreas de atuação, por meio de tecnologias diversas, tais como: salas de videoconferência, estúdio de TV, salas de web, tendo como elemento estruturante o cinturão digital (SECITECE, 2014).

Os objetivos do CED são desenvolver, prover suporte, geração e recepção de atividades de educação a distância de modo a viabilizar o ensino, a pesquisa, a inovação e extensão, em diferentes níveis de ensino e nas diversas áreas (SECITECE, 2014).

Agora que já conhecemos a normatização da EAD no Ceará, podemos voltar nossa atenção para o Maciço de Baturité.

Em junho de 2006 o Ministério da Educação, visando expandir a educação superior no Brasil, oferecendo cursos de nível superior nas regiões interioranas, instituiu o decreto nº 5.800, que dispõe sobre a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O sistema UAB possui vários polos de apoio presencial no país e são mantidos pelas instituições parceiras da Universidade Aberta do Brasil. Os polos funcionam como elementos de apoio estrutural, tecnológico e pedagógico.

No Maciço de Baturité a UAB conta com dois polos, são eles: Aracoiaba e Redenção (SISUAB, 2014).

O polo de Aracoiaba é mantido pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Ciência Tecnológica e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE) e funciona desde julho de 2007, sendo ofertado os seguintes cursos, de acordo com a tabela abaixo:

Quadro 7: Polo de Aracoiaba

Instituto	Cursos	Tipo de Curso	Status da Articulação
UECE	Ciências Biológicas	Licenciatura	Ativo
UFC	Coordenação pedagógica	Especialização	Ativo
UFC	Física	Licenciatura	Ativo

UFC	Letras português	Licenciatura	Ativo
UFC	Matemática	Licenciatura	Ativo
UFC	Pedagogia	Licenciatura	Ativo
UFC	Química	Licenciatura	Ativo

Fonte: SISUAB, 2014

Atualmente o polo de Aracoiaba encontra-se no estado de Apto com Pendências. Isto significa que o polo não pode mais receber novos cursos, nem abrir novas turmas até que as pendências sejam regularizadas (SISUAB, 2014).

O polo de Redenção, diferente do polo anterior, é mantido pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e funciona desde março de 2013, sendo ofertados os cursos descritos na tabela abaixo:

Quadro 8: Polo de Redenção

Instituto	Cursos	Chamada UAB	Tipo de Curso	Status da Articulação
UNILAB	Gestão Pública	PNAP II	Especialização	Ativo
UNILAB	Gestão Pública Municipal	PNAP II	Especialização	Ativo
UNILAB	Gestão em Saúde	PNAP II	Especialização	Ativo
UNILAB	Administração Pública	PNAP II	Bacharelado	Ativo

Fonte: SISUAB, 2014

3. UNIVERSIDADE ABERTA (UA)

No ano de 1967, no Reino Unido, foi criado um comitê com o objetivo de planejar um novo modelo de instituição educacional. Nesse modelo seriam utilizados basicamente o rádio e a televisão para a educação, em nível superior de adultos.

Em 1969 este modelo tomou forma e passou a se chamar Universidade Aberta, também conhecida como British Open University. Surgia assim, a primeira instituição voltada para o ensino a distância.

Os autores Morre e Kearsley (2010) explicam que trata-se de uma universidade nacional de educação com economias de escala e com mais alunos do que qualquer outra universidade, além de um elevado financiamento com o uso de um conjunto de tecnologias da comunicação para ensino universitário completo.

Depois disso outras universidades abertas foram surgindo em vários países, inclusive no Brasil, onde recebeu o nome de Universidade Aberta do Brasil (UAB).

3.1 Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)

A Universidade Aberta do Brasil foi instituída no ano de 2006 pelo Decreto nº 5.800, tendo como principal objetivo desenvolver a modalidade de educação a distância no país.

O sistema UAB foi criado no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação “Diálogo para a cidadania e inclusão”, pelo Ministério da Educação em parceria com a ANDIFES e empresas estatais (UAB, 2014).

O Fórum das Estatais pela Educação tem a coordenação geral do Ministro da Casa Civil, com a coordenação executiva do Ministério de Estado da Educação e a participação efetiva e estratégia das empresas estatais brasileiras e tem como objetivo desenvolver ações que busquem potencializar as políticas públicas na educação (MEC, 2014).

O sistema Universidade Aberta do Brasil é um sistema que integra instituições federais de ensino e utiliza a metodologia a distância para oferecer cursos de nível superior às classes da população que se encontram nos locais mais afastados dos centros urbanos, onde o acesso à formação universitária é difícil (UAB/CAPES, 2014).

Expansão e interiorização das ofertas de cursos e programas de educação, à nível superior, no país, estão na lista dos principais objetivos do sistema UAB.

Este sistema ainda possui algumas características fundamentais para o desenvolvimento e funcionamento das ações e atividades voltadas à universalização do ensino a distância no Brasil, tais como (UAB, 2014):

- Fomenta a modalidade de EAD nas instituições públicas de ensino superior;
- Apoio às pesquisas em projetos inovadores à nível superior;
- Uso de tecnologias de informação e comunicação;

- Proporciona a articulação, interação e efetivação entre as esferas federal, estadual e municipal, entre as universidades públicas e entre as demais instituições.

Considerando um dos objetivos do sistema UAB, que é levar formação universitária às camadas da população que se localizam nos municípios mais afastados dos centros urbanos, destacamos que este sistema favorece ao desenvolvimento desses municípios com o IDH e IDEB³ baixos (UAB, 2014).

3.2 Regulamentação da UAB

A base legal que consolida a Universidade Aberta do Brasil é o decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que traz em seu artigo 1º a instituição do sistema UAB voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país.

De acordo com o parágrafo único do decreto nº 5.800, os objetivos do sistema Universidade Aberta do Brasil são:

- I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, do distrito federal e dos municípios;
- III – oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV – ampliar o acesso à educação superior pública;
- V – reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país;
- VI – estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII – fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

O decreto ainda traz em seu texto questões envolvendo finalidades e objetivos sócio-educacionais do sistema UAB, a questão dos polos presenciais e os convênios que poderão ser firmados entre o Ministério da Educação e instituições de ensino superior e entre entes federativos, além de questões de implantação, acompanhamento, supervisão e avaliação dos cursos do sistema UAB.

Conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), existem outros documentos legais que amparam o sistema Universidade Aberta do Brasil, a saber (UAB;CAPES, 2014):

1. Leis

Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudos e de pesquisa a participante de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

³ Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, que modifica as competências e a estrutura organizacional da Capes e autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes do programa de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007, que institui o auxílio de avaliação educacional – AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo INEP ou pela Fundação Capes.

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direito na Escola aos alunos da educação básica.

2. Resoluções

Resolução FNDE/CD/Nº 044, de 29 de dezembro de 2006, que estabelece orientações e diretrizes para concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos cursos e programas de formação superior, no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil.

Resolução CD/FNDE Nº 24, de 4 de junho de 2008, que dispõe sobre orientações e diretrizes para o apoio financeiro às instituições de ensino participantes do sistema UAB, vinculado à Capes e à Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, nos exercícios de 2008/2009.

Resolução CD/FNDE Nº 26, de 5 de junho de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil, vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a serem pagas pelo FNDE a partir do exercício de 2009.

Resolução Nº 49, de 10 de setembro de 2009, que dispõe sobre orientações e diretrizes para o apoio financeiro às instituições de ensino participantes do sistema Universidade Aberta do Brasil.

3. Portarias

Portaria nº 1369, de 7 de dezembro de 2010 – dispõe sobre o credenciamento das Instituições Públicas de Educação Superior, vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, pelo prazo de 5 (cinco) anos; e credenciar os polos de apoio presencial para a modalidade de educação a distância.

Portaria nº 7, de 9 de fevereiro de 2011 – designa os avaliadores para a realização de visitas de acompanhamento do cumprimento das ações de saneamento das deficiências e os polos e seus respectivos mantenedores que receberão visitas de acompanhamento.

Portaria nº 318, de 2 de abril de 2009 – transfere à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a operacionalização do Sistema Universidade do Brasil.

Portaria nº 370 e 371, de 29 de março de 2010 - implanta pólos de apoio presencial em quatro municípios do estado do Rio Grande do Norte (Apodi, Parelhas, São Gonçalo e Touros)

e em quatorze municípios do estado do Piauí (Altos, Anísio de Abreu, Barras, Cocal, Itainópolis, Itauera, Luis Correia, Paes Landim, Palmeirais, Paulistana, Regeneração, Santa Cruz do Piauí, São Raimundo Nonato e Tereseina), referente às ações do Plano de Ações Articuladas (PAR), com a finalidade de compor o conjunto de pólos do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Portaria nº 75, de 14 de abril de 2010 – cria o Grupo Assessor do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). As atribuições do grupo são apoiar a Capes na formulação das diretrizes estratégicas do desenvolvimento do sistema UAB, e: apoiar os processos de acompanhamento e avaliação de cursos e polos de apoio presencial do Sistema UAB; apoiar na formulação de diretrizes para a elaboração de editais que visem a consolidação e o desenvolvimento do sistema da UAB; auxiliar na formulação de políticas e ações de desenvolvimento do sistema UAB; apoiar na formulação do Plano de Ação anual para o sistema UAB.

Portaria nº 79, de 14 de abril de 2010 - institui o Fórum Nacional de Coordenadores e Coordenadores Adjuntos do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, composto pelos Coordenadores UAB das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) integrantes Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e institui os Fóruns Regionais de Coordenadores do Sistema UAB, composto pelos coordenadores de pólo de apoio presencial da região e pelos Coordenadores e Coordenadores Adjuntos das IES integrantes do Sistema UAB e que ofertam cursos na região.

Portaria nº 78, de 14 de abril de 2010 - institui os fóruns de área do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, constituído das seguintes áreas: Matemática, Física, Biologia, Química, Letras, Pedagogia, Filosofia, História, Geografia, Artes, Informática, Teatro, Música, Educação Física, Sociologia, Administração, Especializações.

Portaria nº 77, de 14 de abril de 2010 – institui o Banco de Consultores para Acompanhamento e Avaliação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, com o objetivo de auxiliar a diretoria de Educação a Distância da Capes nos processos de: avaliação e acompanhamento dos pólos de apoio presencial do Sistema UAB e os oriundos de Programas e Ações do Ministério da Educação, que estão sob a gestão da diretoria de Educação a Distância; avaliação e acompanhamento dos cursos ofertados na modalidade a distância pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, no âmbito do Sistema UAB e elaboração e julgamento do objeto de editais no âmbito de suas atividades e competências.

Portaria nº 40, de 21 de janeiro de 2010 – dispõe sobre implantação de pólos de apoio presencial nos municípios do Estado de Minas Gerais, referente às ações do Plano de Ações Articuladas (PAR), com a finalidade de compor o conjunto de pólos do Sistema Universidade Aberta do Brasil, bem como aprovar as Instituições de Ensino Superior públicas, para oferta de cursos em pólos do Sistema UAB.

Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007 – dispõe sobre procedimentos de regulação e avaliação de educação superior na modalidade a distância.

Portaria nº 803, de 18 de agosto de 2009 – dispõe sobre a implantação do Sistema UAB com pólos de apoio presencial oriundos do Programa Pró- Licenciatura.

Portaria nº 802, de 18 de agosto de 2009 – dispõe sobre implantação de pólos de apoio presencial em municípios, referente às ações do Plano de Ações Articuladas (PAR), com a finalidade de compor o conjunto de pólos do Sistema Universidade Aberta do Brasil bem como aprovar as Instituições de Ensino Superior públicas, para oferta de cursos em pólos do Sistema UAB.

Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008 - estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 - institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria Conjunta Capes/CNPq nº 01, de 12 de dezembro de 2007 - dispõe sobre a situação dos bolsistas CAPES/CNPq matriculados em programas de pós - graduação no país e que atuam nas Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES como tutores da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

3.3 Funcionamento do sistema UAB

O sistema UAB visa articular ações entre instituições de ensino superior, já existentes, e os entes federativos com o objetivo de levar o ensino superior aos municípios onde não são ofertados programas e/ou cursos de formação universitária.

Na prática a instituição de ensino é responsável por ministrar os cursos que serão ofertados nos determinados municípios ou microrregião por meio dos polos de apoio presencial.

É fundamental conhecer os elementos que fazem parte do processo de funcionamento da UAB, bem como o papel de cada um dentro desse processo.

1) Quem pode participar

Poderão integrar o sistema UAB, Prefeituras Municipais, Governos Estaduais ou o Governo do Distrito Federal que tenham interesse em manter polos de apoio presencial.

Os entes federativos são responsáveis pela estrutura física e tecnológica, bem como por manter e organizar os polos de apoio, conforme as exigências e orientações do sistema UAB. Os estados e municípios também serão responsáveis pelos recursos humanos, ou seja, contratação de pessoal para execução das atividades de manutenção dos polos, como por exemplo: serviços de limpeza, bibliotecários, auxiliares administrativos (UAB, 2014).

As instituições de ensino superior precisam ser credenciadas nos termos do decreto nº 5.622/05 para que possam participar do sistema Universidade Aberta do Brasil. Entende-se por instituição de ensino superior, as universidades federais, as universidades estaduais, as universidades municipais e os institutos federais de educação e tecnologia (UAB/CAPES, 2014).

Vale ressaltar que as IES são responsáveis pela criação dos projetos pedagógicos dos cursos e responsáveis em manter a gestão pedagógica.

O público alvo do sistema UAB é o público em geral, sendo que a prioridade é para os professores da educação básica, seguidos por gestores, dirigentes e trabalhadores da educação básica dos Estados, Municípios e Distrito Federal (UAB, 2014).

2) Como participar

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED), lança editais ou chamadas públicas para seleção de projetos de criação de polos de apoio presencial e para seleção de propostas de projeto de curso na modalidade EAD (UAB,CAPES, 2014).

Para que os governos estaduais e municipais possam participar do sistema UAB é necessário aguardar publicação de editais e chamadas públicas pelo MEC para submissão de propostas de criação de polos de apoio presencial para ensino superior.

No caso de aprovação das propostas dos entes federativos, na seleção do MEC, haverá uma formalização dos polos, que será feita por meio de convênio ou acordo de cooperação técnica (UAB,CAPES, 2014)

O procedimento para participação das IES no sistema UAB é semelhante ao processo de participação dos governos estaduais e municipais, ou seja, as instituições de ensino superior deverão submeter propostas de projetos de cursos a distância às seleções e chamadas públicas do Ministério da Educação (EDITAL UAB 1, CAES).

Também no caso de aprovação das propostas de cursos EAD enviadas pelas IES ao MEC, uma formalização deverá ser feita por meio de convênio ou acordo de cooperação técnica (EDITAL UAB 1, CAPES).

Para ingresso dos estudantes no sistema UAB, existem 2 formas: 1) por meio do plano nacional de formação de professores da educação básica; 2) por meio de candidatura às vagas de demanda social (UAB, 2014).

As instituições de ensino superior lançam seus editais específicos de seleção para os cursos à distância e caso sejam aprovados, de acordo com os critérios estabelecidos nos editais, os alunos ingressarão no sistema Universidade Aberta do Brasil.

3) Cursos ofertados

Os cursos ofertados pela UAB, por meio das instituições de ensino superior, são os seguintes

Bacharelados, Licenciaturas, Tecnólogos e Especializações – voltados para professores da rede de educação básica e para o público em geral (UAB;CAPES, 2014);

Especializações do programa mídias na educação – voltadas para formação continuada com o uso pedagógico de diferentes tecnologias da informação e da comunicação (UAB;CAPES, 2014);

Graduação em Biblioteconomia – voltada à formação de quadros de apoio à realização dos cursos nos polos de apoio presencial (UAB;CAPES, 2014);

Especializações para professores, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC) – voltadas ao preparo de docentes para temas transversais dos currículos de educação básica (UAB;CAPES, 2014);

Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) – cursos de graduação (bacharelado) e pós-graduação (especialização) voltados para formação de administrador público, propiciando a formação de gestores (UAB;CAPES, 2014).

4) Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial foram criados, por solicitação dos governos locais, para oferecerem estrutura física aos alunos.

Para Dalmau (2011), o polo de apoio presencial é o lugar onde se realizam as funções didático-administrativas previstas para cada curso, além de ser o local de encontros dos alunos com os tutores e com os demais participantes do curso.

A Universidade Aberta do Brasil (2014) define polo de apoio presencial como sendo unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos programas ofertados pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do sistema UAB.

Existem 2 tipos de polo: efetivo e o associado. O efetivo, se o mantenedor for uma ente federativo (estado ou município), deverá está localizado em município de médio porte – 20 a 50 mil habitantes. O associado, se o mantenedor for uma IES, deverá está localizado em um campus da instituição de ensino superior (UAB,CAPES, 2014).

Os polos UAB deverão seguir algumas regras, quanto a infraestrutura (UAB, 2014):

1. No que se refere aos espaços gerais, os polos deverão ter salas para o coordenador, secretária (ambas de caráter obrigatório), sala de reunião (opcional) e banheiros (masculino e feminino);
2. Em relação ao espaço de apoio (obrigatório), o polo deverá ser composto de laboratório de informática com instalações elétricas adequadas e biblioteca com espaço para estudos;
3. Quanto aos espaços acadêmicos, os polos UAB deverão ter sala multiuso (para tutor, aula, prova, videoconferência, etc) e laboratório pedagógico.

Em relação a composição da equipe presente em cada polo UAB e sobre os documentos de caráter institucional dos mesmos, vejamos o quadro a seguir.

Quadro 9: composição da equipe do polo

EQUIPE	DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS
Coordenador	Instrumento legal de criação do polo (especificando dotação orçamentária e lotação de pessoal)
Secretário ou apoio administrativo	Orçamento anual do mantenedor
Técnico de informática	Termo de compromisso do mantenedor, junto à Capes
Biblioteconomista ou auxiliar de biblioteca	Documento de propriedade de aluguel ou de cessão de espaço
Técnico para laboratório pedagógico	Termo de cessão de uso de espaço pedagógicos que não sejam próprios do polo
Pessoal de segurança	
Pessoal de manutenção e limpeza	

Fonte: (UAB;CAPES, 2014)

Existe ainda a questão do monitoramento dos polos de apoio presencial, que é fundamental para a continuidade e confirmação do processo de funcionamento dos sistema UAB. O monitoramento é realizado por meio de visitas *in loco*, onde uma equipe de consultores faz uma avaliação da infraestrutura do polo. Depois da avaliação a equipe elabora um relatório, com as conclusões provenientes da visita e o encaminha à Diretoria de Educação a Distância da Capes (UAB, 2014).

A visita de monitoramento pode classificar o polo como: Apto (AA), Apto com pendência (AP), Não apto (NA). O polo classificado como apto é o polo que tem infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos adequada para o seu bom funcionamento (UAB,CAPES, 2014).

O polo apto com pendências é aquele polo que apresenta problemas de infraestrutura, não podendo receber novos cursos e nem abrir novas turmas até que a situação seja regularizada. Os polos classificados como não aptos são aqueles polos que apresentam graves problemas de infraestrutura e de documentação (UAB, 2014).

O mantenedor do polo classificado como não apto poderá interpor recurso junto à Capes, que por sua vez decidirá pelo deferimento ou indeferimento do recurso.

5) Atores envolvidos

Dentro do sistema UAB existem alguns elementos ou atores, que são responsáveis pelo funcionamento e andamento do processo de educação a distância. Esses atores interagem entre si utilizando meios de comunicação e tecnológica adequados ao processo EAD.

Os principais atores, suas responsabilidades no processo ensino-aprendizagem e suas características, são descritos a seguir (UAB, 2014):

- Coordenador Adjunto UAB – geralmente é um professor ou pesquisador indicado pela instituição de ensino superior e atua na coordenação dos polos apoiando as atividades de EAD, bem como trabalha no desenvolvimento de projetos pedagógicos.
- Coordenador de curso – professor ou pesquisador indicado pela IES e atua diretamente nas atividades de coordenação de curso e na elaboração de projetos de pesquisa, além de ser responsável pelo material didático e pela seleção de professores conteudistas ou especialistas.
- Coordenador de polo – da rede pública que atua no polo municipal. Responsável pela infraestrutura física, tecnológica e humana, além de apoiar na seleção de tutores e na divulgação dos cursos.
- Professor – indicado pela IES para atuar como facilitador das atividades de ensino dos programas e cursos ofertados pelas instituições. É responsável por ministrar os conteúdos apresentados aos alunos. Para Dalmau (2011), existem algumas estratégias adotadas pelo docente no processo de ensino-aprendizagem, tais como: transfere a aprendizagem a contextos profissionais, fomenta a reflexão, a análise crítica e o sentido de busca pela compreensão, integra conceitos e aplicações práticas.
- Tutor – é responsável por acompanhar os alunos durante o curso. Os tutores são aprovados em processos seletivos e exercerão atividades específicas e dentro do que foi estabelecido no projeto pedagógico do curso. Uma das atribuições do tutor é orientar os alunos em relação aos processos pedagógicos, além de mediar a comunicação entre professor e aluno e vice-versa.
- Aluno – é responsável por sua aprendizagem. Utiliza os recursos disponíveis de ensino e participa das atividades propostas. O aluno precisa ter cuidado com alguns fatores que poderão afetar seu aprendizado. Para se tornar um aluno na modalidade EAD é necessário organização, determinação, saber gerenciar o tempo, ter acesso com facilidade e qualidade à internet e principalmente ser capaz de se automotivar.

6) Mídias utilizadas

As tecnologias exercem um papel importante na educação a distância e sua utilização dependerá da duração e tipo de curso a ser ofertado. O uso das tecnologias nos processos de EAD significa maior interação entre os atores envolvidos neste processo, além de significar economia de tempo e espaço.

Quando falamos em tecnologias, nos referimos às mídias e ferramentas que são utilizadas nos cursos da modalidade a distância. Algumas dessas mídias e ferramentas, são mostradas a seguir:

Material impresso – continua sendo a mídia mais utilizada na maioria das instituições tanto na modalidade presencial quanto a distância. De acordo com Dalmau (2011), o material impresso pode se apresentar em formato de livro, guia de estudo, workbook, plano de curso ou estudo de caso.

Teleconferência – mídia utilizada pela EAD que facilita a interação entre emissor e receptor. Possibilita levar educação e treinamento a um grupo de pessoas, sem ser necessário o seu deslocamento. Pode ser utilizada via internet. De acordo com Moore e Kearsley (2007, p.88), “a teleconferência na educação a distância descreve a instrução por meio de alguma forma de telecomunicação interativa. Existem quatro tipos diferentes dessa tecnologia, cada uma oferecendo uma forma diferente de teleconferência: áudio, audiografia, vídeo e computador (baseada na web).

Videoconferência – mídia que utiliza áudio e vídeo em tempo real. As pessoas podem falar e ouvir simultaneamente, em diferentes lugares. No caso da EAD o recurso é utilizado para facilitar a interação entre professor e aluno separados geograficamente.

A videoconferência tem características semelhantes às da teleconferência no que se refere à variação de recursos tecnológicos utilizados na transmissão do curso tanto para professor quanto para aluno. Para Dalmau (2011), a videoconferência tem sido bastante utilizada na área da educação profissional, tendo em vista que a transmissão é feita em tempo real, além de permitir que a transmissão do modo de estudo presencial para modo de estudo a distância seja mais leve.

Toda mídia utilizada em EAD tem suas vantagens e desvantagens. No caso da videoconferência são muitas as vantagens, mas resumindo significa redução de gastos com viagens, evita perda de tempo e despesas com transporte, em virtude dos deslocamentos dos profissionais envolvidos. A grande desvantagem da videoconferência é o alto custo do equipamento.

Videoaula – outro recurso muito utilizado na educação a distância. A videoaula, que é uma aula gravada e reproduzida por meio de vídeo, auxilia na aprendizagem dos alunos, reforçando e complementando o conteúdo do curso. As vantagens do uso do vídeo são: atrai e mantém a atenção do aluno, pode mostrar *close*⁴ em movimentos lentos ou acelerados e mostra sequência de ações detalhadamente. Já as desvantagens são: alto custo com profissionais especializados, necessidade de equipamentos sofisticados, bem como estúdios adequados e gasto de tempo nas gravações.

Televisão e rádio também são utilizados como recursos na EAD, no entanto, vêm perdendo espaço dentro desse cenário de ensino-aprendizagem na modalidade a distância, em virtude do progresso de outras mídias mais modernas.

Internet – rede de computadores interligada a várias outras redes. A internet é uma aliada, no que diz respeito à disseminação da educação nas modalidades presencial e a distância. É considerada um excelente recurso para pesquisas e para o acesso à informação, além de ser um recurso flexível, onde o aluno pode acessar a qualquer hora.

No entanto, a internet possui algumas desvantagens, tais como: o acesso a determinados sites pode não ser totalmente seguro, podem ocorrer problemas técnicos que atrapalham o uso

⁴ Técnica de filmagem que aproxima imagens de objetos ou pessoas.

dessa ferramenta, a falta de habilidade com o uso da internet pode intimidar os alunos, dentre outras.

Existem também as mídias móveis, que estão sendo muito utilizadas atualmente. Entendemos por mídias móveis os celulares, smartphones, tablets e outros aparelhos portáteis, que facilitam o ensino e aprendizagem de professores e alunos, respectivamente (VALENTE, 2011).

4. GESTÃO PÚBLICA

4.1 Conceito

A Gestão Pública está relacionada à forma de gerir a coisa pública, ou seja, serviços, bens, pessoas e recursos do Estado, de acordo com os princípios constitucionais da administração pública (Filho, 2010).

Para Santos (2010, p.15), a gestão pública “é a arte de planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar assuntos de interesse coletivo por meio da mobilização de estruturas e recursos do Estado”.

No contexto da gestão pública é muito comum encontrarmos os termos “eficiência” e “eficácia”. No entanto, essa questão é muito complexa, levando em consideração que existem, além dos fatores internos, os fatores externos ao Estado.

De acordo com Pereira (2012), gestão pública é mais complexa que gerir negócio ou gerir questões internas dos negócios de um governo, não está focada somente nos clientes ou em competições de mercado.

Para Filho (2010), o Estado deve procurar priorizar, dentro de sua agenda política⁵, a reforma e modernização de seu sistema administrativo com o objetivo de tornar a gestão mais transparente, eficiente e eficaz no que se refere à prestação e qualidade do serviço público.

A gestão pública deve estar amparada às questões legais. Conforme Filho (2010), os processos administrativos devem obedecer as disposições vigentes na lei, assim como os gestores devem ter conhecimento dos seus direitos e deveres, enquanto representantes do Estado.

Para que haja uma melhor compreensão desse assunto, é necessário conhecermos os princípios constitucionais que regem a administração pública, a saber (FILHO, 2010):

1. **Princípio da Legalidade** – esse princípio diz que toda e qualquer ação do Estado, deverá ser respaldada na lei. A administração pública, incluindo as pessoas que representam o Estado, deverá agir dentro da lei. O princípio da legalidade é a formalização jurídica de questões consideradas políticas.
2. **Princípio da Impessoalidade** – os atos da administração pública devem ser impessoais, ou seja, o tratamento deve ser igual para todos, sem distinção de nenhuma natureza.
3. **Princípio da Moralidade** – esse princípio diz respeito diretamente ao agente público. O indivíduo que representa o poder público tem o dever de agir dentro da lei e conforme as virtudes morais adequadas à sociedade.
4. **Princípio da Publicidade** – o princípio trata da transparência e visibilidade dos atos da administração pública. Com exceção dos atos que não podem ser publicados, por razão

⁵ resulta de um processo pouco sistemático, extremamente competitivo, pelo qual se extrai do conjunto de temas que podemos ocupar as atenções do governo aquelas questões que serão efetivamente tratadas.

de segurança pública, todos os outros devem se tornar acessíveis ao conhecimento público.

5. **Princípio da Eficiência** – diz respeito à eficiência dos atos administrativos. As soluções para as demandas e os problemas públicos, devem ser eficientes, além de estarem dentro do contexto legal e que sejam realizadas de forma impessoal, moral e pública.

Como foi descrito anteriormente, gestão pública é o gerenciamento da coisa pública. À primeira vista pode parecer simples, mas é uma tarefa extremamente complexa por envolver fatores técnicos e fatores sociais.

Nesse cenário o gestor deve atuar no interesse público, na forma da lei e com plena consciência de seus direitos e deveres e principalmente com o perfil necessário para lidar com pessoas, processos e recursos públicos.

4.1.1 Perspectivas comparativas da antiga e da nova gestão

Antes de realizar uma análise comparativa acerca da antiga e da nova gestão pública, é necessário apresentar, primeiramente, o que é um modelo de gestão pública.

No entendimento de Pereira (2012.), a gestão pública é entendida como um conjunto de propósitos, premissas, orientações e normas legais que desdobram em processos de gestão pública e de gerência de recursos humanos, recomendações da lógica da dinâmica de processo estratégico que se pretende alcançar.

Segundo Paula (2005), o Estado Brasileiro na época do período colonial, caracterizava-se pela política centralizadora. Existia o rei que ditava suas próprias regras, ou seja, não existia um sistema administrativo, onde a sociedade pudesse seguir um conjunto de normas e legislação.

Outra característica desse período era a questão das lideranças locais. De acordo com Paula (2005) a administração ficava concentrada nas mãos dos reis, os administradores locais tinham pouca autonomia para exercerem seus papéis, ficando restritos à arrecadação de tributos.

Para Holanda (1996), a busca pelo poder público limitava-se à obtenção de “patrimônios” ou fontes de riqueza de caráter individual. Surgia assim o “Patrimonialismo”, que significava um modelo administrativo voltado mais para a obtenção de vantagens e interesses pessoais do que o interesse coletivo.

A centralização, o patrimonialismo e a prevalência dos interesses pessoais diante dos interesses públicos, são as principais características do sistema patrimonialista e foram herdadas pela República Velha e pela Era Vargas (Faoro, 1995).

Durante o governo de Getúlio Vargas, surgiram as primeiras tentativas de um novo modelo administrativo. Nesse contexto surgiu a burocracia pública, resultado da busca pela profissionalização do serviço público.

Para Filho (2010), a burocracia pública brasileira não obteve bons resultados em políticas consolidadas para o setor pessoal, embora alguns benefícios tenham sido conseguidos, tais como: concurso público, treinamento do pessoal, hierarquia funcional e controle dos gastos públicos.

Percebemos que ao longo da história, as reformas de Estado apresentam as mesmas especificações, as diferenças ficam por conta dos contextos nacionais e internacionais de cada época.

A partir dos anos 90 a reforma de Estado que surgiu foi o modelo gerencial, que visava redução de custos e visava tornar a gestão pública mais eficiente e eficaz.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, esse modelo gerencial foi implementado, e tem características que se opõem ao modelo burocrático público.

A nova gestão pública tem como características principais a descentralização, a busca pelo desempenho, resultado e eficiência. Também destaca-se o planejamento das ações do Estado, além da participação na gestão do segundo e terceiro setor (Filho, 2010).

Nesse contexto esse modelo busca valorizar o servidor público, visando estimulá-lo a ter um compromisso com o serviço público e principalmente um compromisso com o bem comum.

Para uma melhor compreensão das mudanças dos sistemas administrativos, ou seja, gestão pública sob o ponto de vista e perspectivas comparativas entre a antiga e a nova gestão, vejamos o quadro a seguir.

Quadro 10: mudanças perspectivas comparativas entre a antiga e a nova gestão pública

	Antiga Administração Pública	Nova Gestão Pública	Novo Serviço Público
Princípios teóricos e epistemológicos	Teoria política e social intensificada por ciência social ingênua	Teoria econômica. Diálogo mais sofisticado, baseado na ciência social positivista	Teoria democrática com várias linhas de conhecimento, incluindo positivista, interpretativa e pensamento crítico
Racionalidade predominante e modelos de comportamento humano	Modelo de racionalidade restrito ao “homem administrativo”	Racionalidade técnica e econômica, caracterizada pelo “homem econômico”	Racionalidade estratégica. Múltiplos tipos de racionalidade (política, econômica e racional)

Concepções de interesse público	O interesse público é politicamente definido como o exposto nas leis	O interesse público representa a agregação dos interesses individuais	O interesse público é resultado de um diálogo sobre valores compartilhados
A quem os servidores públicos respondem	Clientes e constituintes	Consumidores	Cidadãos
Papel do governo	“Remar” (estruturar e implementar políticas focando um único objetivo político predefinido)	“Guiar” (atuando como um catalisador para liberar as forças do mercado)	“Servir” (negociar e intermediar os interesses entre cidadãos e grupos da comunidade, criando valores compartilhados)
Mecanismos de alcance dos objetivos políticos	Programas administrativos executados por meio de órgãos do governo	Criação de mecanismos e de estruturas de incentivo para alcançar objetivos políticos por meio da atuação de órgãos privados e de organizações sem fins lucrativos	Criação de coalização entre órgãos públicos, privados e organizações sem fins lucrativos para satisfazer necessidades mutuamente existentes
Abordagem da <i>accountability</i>	Hierarquia: administradores públicos respondem aos políticos eleitos democraticamente	Orientada para o mercado: o acúmulo dos interesses pessoais irá resultar nos resultados desejados por um grupo de cidadãos (ou consumidores)	Multifacetada: servidores públicos devem respeitar a lei, os valores da comunidade, as normas políticas, os padrões profissionais e os interesses dos cidadãos
Discrição administrativa	Discrição limitada permitida por oficiais administrativos	Ampla discrição para permitir alcance dos objetivos empreendedores	Discrição necessária, porém restrita e responsável

Suposta estrutura organizacional	Organizações burocráticas marcadas pela autoridade top-down	Organizações públicas descentralizadas com controle primário de determinados órgãos públicos	Estruturas colaborativas com lideranças compartilhadas interna e externamente
Supostas bases de motivação dos servidores públicos	Pagamento e benefícios, proteções	Espírito empreendedor, desejo ideológico de reduzir o tamanho do governo	Serviço público, desejo de contribuir para a sociedade

Fonte: (PEREIRA, 2012, p.186)

4.2 Formação de gestores públicos

A partir desta seção, é mostrada a figura fundamental para a excelência do serviço público, o “gestor público”, bem como no seu processo de formação no contexto do sistema Universidade Aberta do Brasil.

Esta seção apresenta uma abordagem em cima do perfil do novo gestor público, suas atuais competências e habilidades, além das possíveis áreas de atuação desse ator, que é tão importante para o processo de construção de um serviço público realmente eficiente.

4.2.1 O perfil do novo gestor público

O atual cenário brasileiro revela que os gestores públicos precisam desenvolver uma postura gerencial, levando em consideração a situação social, econômica e política do país.

Assim como a gestão pública passou por várias mudanças ao longo dos anos, o perfil do gestor público também mudou e hoje é possível fazermos uma análise do atual perfil desse gestor.

Atualmente os gestores públicos buscam uma formação contínua, ou seja, buscam sempre aprimorar e desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos, focando na melhoria do seu trabalho e na qualidade no setor público.

O processo de formação desse gestor envolve um conjunto de comportamentos e ações que influenciam diretamente na sua atuação na gestão da “coisa pública”, destaca-se: liderança, motivação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, comunicação com públicos interno e externo, gestão de conflitos, saber lidar com mudanças, gerenciar dados, informações e recursos públicos e gerenciamento de processos (Filho, 2010).

Liderança

O gestor público deve assumir um papel de líder dentro da instituição, visando proporcionar um relacionamento estratégico e eficaz entre os membros daquela instituição, além de estimular um ambiente de trabalho agradável.

Segundo Covey (2004), liderar é mostrar as pessoas o valor e o potencial que elas possuem e também pôr em prática o processo de ver, fazer e tornar-se.

Devemos ter cuidado para não ser confundido liderança e autoridade. Muitos autores gostam de diferenciá-los, para estimular a discussão entre “poder” e “liderança”.

De acordo com Filho (2010), não podemos confundir liderança com direção ou habilidades gerenciais. Provavelmente um bom gerente ou dirigente será um bom líder, mas um bom líder não será necessariamente um dirigente ou gerente.

Visando esclarecer a questão entre liderança e autoridade, mas especificamente as características de um gerente e de um líder, veja o quadro a seguir:

Quadro 11 – Diferença entre gerente e líder

GERENTE	LÍDER
Administra	Inova
É uma cópia	É um original
Mantém	Desenvolve
Focaliza-se em sistemas e estruturas	Focaliza-se nas pessoas
Conta com o controle	Inspira confiança
Possui visão limitada	Possui uma perspectiva ampla
Pergunta como e quando	Pergunta o que e por quê
Tem o olhar na linha fundamental	Olha para o horizonte
Aceita o <i>status quo</i>	Desafia
É o clássico bom soldado	É ele mesmo
Faz a coisa corretamente	Faz a coisa certa

Fonte: (FILHO, 2010, p.75)

No contexto atual do serviço público é imprescindível que aquele que ocupa um cargo de gestão, se preocupe em estimular um bom ambiente de trabalho, favorecer a boa comunicação entre sua equipe, estar atento a tudo em sua volta e provocar nos outros servidores o interesse pela busca da melhoria do serviço público (FILHO, 2010).

A liderança na gestão pública significa muitos desafios, não só para o gestor, mas também para a própria instituição, que tem o papel de inserir o servidor, de forma mais participativa, nos processos decisórios.

Motivação

Descreve-se agora sobre motivação e sua relação com o gestor público. O papel atual dos gestores públicos estimula a sensibilidade desses servidores para criarem situações que motivem suas equipes dentro dos contextos organizacionais.

Para Filho (2010), nesse cenário cabe aos gestores públicos:

1. Estimular sua equipe em relação aos objetivos pessoais e profissionais;
2. Conhecer teoricamente o assunto “motivação” para colocá-lo em prática;
3. Habilidades específicas para propiciar um nível de qualidade de vida.

Segundo Filho (2010), é importante destacar que o gestor deve atentar para a questão da individualidade e personalidade de cada um, ou seja, em se tratando de motivação as necessidades variam de pessoa para pessoa, pois isso depende da percepção, do estímulo e das necessidades de cada indivíduo.

Considerando que o gestor público tenha conhecimento teórico do assunto e considerando que ele ponha em prática, a gestão de pessoas se torna mais flexível e eficaz dentro das organizações públicas.

Trabalho em equipe

Para Romualdo (2011), uma das habilidades mais valorizadas do gestor é saber trabalhar em equipe. Trabalho em equipe significa um esforço coletivo em busca de um objetivo, no qual cada um desempenha uma função específica.

O gestor público deve transmitir a sua equipe o sentimento de união, onde as vitórias e fracassos são compartilhados entre todos. Evidentemente que o gestor exerce um papel de liderança dentro do grupo e deve ter consciência da sua responsabilidade diante de todas as situações.

Comunicação

Em relação à comunicação no serviço público, considera-se extremamente importante este processo para a gestão pública em si.

O poder da comunicação é inimaginável, esta influencia pessoal e profissionalmente a vida das pessoas e dificilmente haverá um aspecto do relacionamento humano que não seja envolvido pela mesma.

Dentro das organizações é muito constante a manipulação de informações, que chegam e saem em grandes volumes e com muita rapidez e todo profissional tem de utilizar o bom senso para que tal manipulação ocorra de maneira exata.

O gestor atual deve ter conhecimento do processo de comunicação e seus elementos para construir relacionamentos dentro e fora do seu ambiente de trabalho.

Como representante do Estado, os gestores públicos têm o papel de facilitar a comunicação interna e principalmente a externa, tendo em vista que o cliente final é o cidadão, além disso deve estimular as boas relações interpessoais.

Gerenciar conflitos

Outra característica do atual gestor público é a capacidade de gerenciar conflitos, agindo como mediador dentro do serviço público.

O conflito ocorre nos diferentes níveis hierárquicos e de diferentes formas. No serviço público é de fundamental importância que os gestores saibam identificar, analisar e solucionar os possíveis conflitos. O bom clima organizacional é resultado de um eficiente gerenciamento de conflitos.

Saber lidar com mudanças

Saber lidar com as mudanças também é uma característica do atual gestor público. Para Chiavenato (2004), mudança é a fase onde novas práticas e ideias são experimentadas, exercitadas e aprendidas e acontece quando há a descoberta e adoção de novas atitudes, valores e comportamentos.

O papel do gestor público é ser flexível em relação às mudanças em seu ambiente de trabalho, levando em consideração o comportamento humano e a cultura organizacional na qual está inserido.

Gerenciamento de recursos, dados, informações e processos públicos

Em relação ao gerenciamento de recursos, dados, informações e processos públicos, o gestor deve agir com muita prudência e responsabilidade, tendo em vista que os resultados oriundos desse gerenciamento podem ser positivos ou negativos para a administração pública.

É óbvio que o rol de habilidades e competências que o gestor público deve ter ou adquirir não param por aqui. Trata-se de uma formação continuada, para isso é necessário um conjunto de ações que viabilizem essa formação.

O Estado, que tem como seu representante o servidor público, deve fortalecer os programas de valorização, formação e treinamento desses servidores, que de um modo geral são administradores públicos, pois acompanham e integram o processo de gestão.

4.2.2 Área de atuação dos gestores públicos

A constituição federal de 1988 traz em seu artigo 37 disposições sobre a administração pública. “Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (Constituição Federal de 1988).

Levando em consideração o que está na constituição, pode-se dizer que o gestor pode atuar na administração pública direta ou indireta, em qualquer das esferas, seja federal, estadual ou municipal, e nos poderes, executivo, legislativo e judiciário.

O campo de atuação do gestor público é muito amplo, podendo passar por vários setores da administração direta ou indireta.

De acordo com o artigo publicado no site do G1 da jornalista Vanessa Farjado, o gestor público pode atuar nos órgãos do governo, em organizações não governamentais, fundações empresariais, concessionárias de serviços públicos e em organizações internacionais (G1.globo.com).

O cargo de gestão deveria está ligado ao perfil profissional do indivíduo, ou seja, o critério para exercer um determinado cargo de gestão deveria ser o perfil profissional compatível.

Infelizmente no Brasil muitos gestores atuam em campos diferentes da sua formação, ou então, tem um perfil profissional incompatível com o seu cargo. O resultado dessa prática é um gestor insatisfeito, sem conhecimento e competência para excercer determinadas funções.

Em se tratando de área de atuação, os gestores podem trabalhar em órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, considerando o esquema abaixo (UFMG, 2014):

1. Poder Executivo: ministérios, secretarias, autarquias, fundações, etc.
2. Poder Legislativo: senado federal, assembleias legislativas, câmaras de vereadores, etc.
3. Poder Judiciário: tribunais, defensorias públicas, etc.

4.3 Formação de gestores públicos no Brasil e no Maciço de Baturité

Os programas de formação de gestores no Brasil são criados e implantados conforme a situação social, política e econômica do país, sem contar com o cenário mundial.

Destacamos também que as políticas de formação e capacitação dos gestores são resultado do sistema administrativo do Estado e também das mudanças em relação ao perfil desse gestor.

O investimento na formação e capacitação depende muito do estilo do modelo de Estado e também das políticas, diretrizes, metas e objetivos do governo vigente.

Investir em uma formação de qualidade dos serviços públicos é investir em um serviço público eficiente, de qualidade e capaz de atender às demandas da sociedade, prioritárias ou não.

As universidades são consideradas veículos importantes no processo de formação de gestores por serem multidisciplinares e por favorecerem ambientes culturais e troca de experiências educacionais.

Existem no Brasil instituições públicas e privadas, além de programas nacionais que ofertam cursos na área de gestão pública, como por exemplo: a Universidade Aberta do Brasil e a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Vale salientar que muitos programas ofertam cursos na modalidade EAD, como é o caso do sistema Universidade Aberta do Brasil, inclusive esse sistema serve de base para a elaboração deste trabalho.

4.3.1 Cursos na área de gestão pública ofertados no Brasil e no Maciço de Baturité

Conforme mencionado anteriormente existem no Brasil várias instituições públicas e privadas, além de programas, a nível nacional, que oferecem cursos na área de gestão pública, em que destacam-se: UAB, PNAP e ENAP.

Em se tratando da formação de gestores públicos no Brasil e no Maciço de Baturité, é apresentado como se dá esse processo de formação nos programas a seguir:

- 1) Cursos ofertados por meio da Universidade Aberta do Brasil, modalidade a distância.

O sistema UAB oferece cursos na área de gestão pública por meio de Instituições Públicas de Ensino, que são formalmente cadastradas nesse sistema. Esses cursos fazem parte do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (UAB, 2014).

O Programa Nacional de Formação em Administração Pública tem como objetivo formar profissionais com amplo conhecimento em administração pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência e ética as organizações governamentais e não-governamentais (UAB, 2014).

De acordo com a Universidade Aberta do Brasil, o PNAP tem como objetivos específicos (UAB;CAPES, 2014):

- Capacitar quadros de gestores para atuar na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Contribuir para a melhoria das atividades desempenhadas pelo Estado Brasileiro;
- Formar quadros de gestores públicos que desenvolvam visão estratégica dos negócios públicos a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade do governo e de suas unidades administrativas.

Os cursos do Programa Nacional de Formação em Administração Pública, vinculados ao sistema UAB, são os seguintes: bacharelado em administração pública, especialização em gestão pública, especialização em gestão pública municipal e especialização em gestão em saúde (UAB, 2014).

Poderão participar do PNAP as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do sistema Universidade Aberta do Brasil, que forem aprovadas no processo de seleção de propostas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para melhor compreensão do funcionamento do PNAP, vejamos a distribuição dos cursos do programa na área de gestão pública por região, a saber:

Quadro 12 – Cursos PNAP na região norte

REGIÃO NORTE				
NOME	INSTITUIÇÃO	UF	MODALIDADE	CHAMADA UAB
Gestão em saúde	UFAM	AM	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFPA	PA	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFT	TO	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UNIFAP	AP	Especialização	PNAP II
Gestão em saúde	UNIR	RO	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFAM	AM	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFPA	PA	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFT	TO	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UNIR	RO	Especialização	PNAP I
Gestão pública	IFAM	AM	Especialização	PNAP II
Gestão pública Municipal	UFAM	AM	Especialização	PNAP I
Gestão pública Municipal	UFPA	PA	Especialização	PNAP I
Gestão pública Municipal	UFT	TO	Especialização	PNAP I
Gestão pública Municipal	UNIR	RO	Especialização	PNAP I

Fonte: (UAB, 2014)

Quadro 13 – Cursos PNAP na região nordeste

REGIÃO NORDESTE				
NOME	INSTITUIÇÃO	UF	MODALIDADE	CHAMADA UAB

Gestão em saúde	UECE	CE	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UEMA	MA	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UEPB	PB	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UESC	BA	Especialização	PNAP II
Gestão em saúde	UESPI	PI	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFAL	AL	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFMA	MA	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFPI	PI	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFRN	RN	Especialização	PNAP II
Gestão em saúde	UFS	SE	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UNEB	BA	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UNILAB	CE	Especialização	PNAP II
Gestão em saúde	UNIVASF	PE	Especialização	PNAP II
Gestão em saúde	UPE	PE	Especialização	PNAP II
Gestão pública	IFPB	PB	Especialização	PNAP II
Gestão pública	IFPE	PE	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UECE	CE	Especialização	PNAP I

Gestão pública	UEMA	MA	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UEPB	PB	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UESC	BA	Especialização	PNAP II
Gestão pública	UESPI	PI	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFAL	AL	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFMA	MA	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFPB	PB	Especialização	PNAP II
Gestão pública	UFPI	PI	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFRN	RN	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFRPE	PE	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFS	SE	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UNEB	BA	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UNILAB	CE	Especialização	PNAP II
Gestão pública	UNIVASF	PE	Especialização	PNAP I
Gestão pública	IFRN	RN	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	IFAL	AL	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UECE	CE	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UEMA	MA	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UEPB	PB	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UESC	BA	Especialização	PNAP II

Gestão Pública Municipal	UESPI	PI	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFAL	AL	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFBA	BA	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFMA	MA	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFPB	PB	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFPI	PI	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFRN	RN	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFRPE	PE	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFS	SE	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UNEB	BA	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UNILAB	CE	Especialização	PNAP II

Gestão Pública Municipal	UNIVASF	PE	Especialização	PNAP I
--------------------------	---------	----	----------------	--------

Fonte: (UAB, 2014)

Quadro 14 – Cursos PNAP na região sudeste

REGIÃO SUDESTE				
NOME	INSTITUIÇÃO	UF	MODALIDADE	CHAMADA UAB
Gestão em saúde	UFES	ES	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFF	RJ	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFJF	MG	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFSJ	MG	Especialização	PNAP II
Gestão em saúde	UFU	MG	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UNESP	SP	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UNIFESP	SP	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UNIMONTES	MG	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UNIRIO	RJ	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UEMG	MG	Especialização	PNAP II
Gestão pública	UFF	RJ	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFJF	MG	Especialização	PNAP II
Gestão pública	UFSCAR	SP	Especialização	PNAP II
Gestão pública	UFSJ	MG	Especialização	PNAP II
Gestão pública	UFU	MG	Especialização	PNAP I

Gestão pública	UFV	MG	Especialização	PNAP II
Gestão pública	UNIFESP	SP	Especialização	PNAP II
Gestão pública	UNIMONTES	MG	Especialização	PNAP I
Gestão pública	IFES	ES	Especialização	PNAP II
Gestão Pública Municipal	IFES	ES	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UEMG	MG	Especialização	PNAP II
Gestão Pública Municipal	UFF	RJ	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFJF	MG	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFSJ	MG	Especialização	PNAP II
Gestão Pública Municipal	UFU	MG	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFV	MG	Especialização	PNAP II
Gestão Pública Municipal	UFVJM	MG	Especialização	PNAP II
Gestão Pública Municipal	UNIFAL-MG	MG	Especialização	PNAP II
Gestão Pública Municipal	UNIFESP	SP	Especialização	PNAP II

Gestão Pública Municipal	UNIMONTES	MG	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UNIRIO	RJ	Especialização	PNAP I

Fonte: (UAB, 2014)

Quadro 15 – Cursos PNAP na região sul

REGIÃO SUL				
NOME	INSTITUIÇÃO	UF	MODALIDADE	CHAMADA UAB
Gestão em saúde	IFSC	SC	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UEM	PR	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UEPG	PR	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFPR	PR	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFRGS	RS	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFSC	SC	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFSM	RS	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UNICENTRO	PR	Especialização	PNAP I
Gestão pública	IFSC	SC	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UEM	PR	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UEPG	PR	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFPR	PR	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFRGS	RS	Especialização	PNAP I

Gestão pública	UFSC	SC	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UFSM	RS	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UNICENTRO	SC	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UTFPR	PR	Especialização	PNAP I
Gestão pública	UEL	PR	Especialização	PNAP II
Gestão Pública Municipal	FURG	RS	Especialização	PNAP II
Gestão Pública Municipal	UEM	PR	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UEPG	PR	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFPR	PR	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFRGS	RS	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFSC	SC	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFSM	RS	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UNICENTRO	PR	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UTFPR	PR	Especialização	PNAP I

Fonte: (UAB, 2014)

Quadro 16 – Cursos PNAP na região centro-oeste

REGIÃO CENTRO-OESTE				
NOME	INSTITUIÇÃO	UF	MODALIDADE	CHAMADA UAB
Gestão em saúde	UEG	GO	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UEMS	MS	Especialização	PNAP II
Gestão em saúde	UFGD	MS	Especialização	PNAP II
Gestão em saúde	UFMS	MS	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UFMT	MT	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UNB	DF	Especialização	PNAP I
Gestão em saúde	UNEMAT	MT	Especialização	PNAP II
Gestão Pública	UEG	GO	Especialização	PNAP I
Gestão Pública	UEMS	MS	Especialização	PNAP II
Gestão Pública	UFG	GO	Especialização	PNAP II
Gestão Pública	UFGD	MS	Especialização	PNAP II
Gestão Pública	UFMS	MS	Especialização	PNAP I
Gestão Pública	UFMT	MT	Especialização	PNAP I
Gestão Pública	UNB	DF	Especialização	PNAP I
Gestão Pública	UNEMAT	MT	Especialização	PNAP II

Gestão Pública Municipal	UEG	GO	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UEMS	MS	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFGD	MS	Especialização	PNAP II
Gestão Pública Municipal	UFMS	MS	Especialização	PNAP I
Gestão Pública Municipal	UFMT	MT	Especialização	PNAP II
Gestão Pública Municipal	UNEMAT	MT	Especialização	PNAP II

Fonte: (UAB, 2014)

De acordo com os dados apresentados no quadro 15, o Estado do Ceará possui duas IPES que ofertam cursos do Programa Nacional de Administração Pública, a Universidade Estadual do Ceará e a Unilab.

Na região do Maciço de Baturité a formação de gestores públicos, se analisando as estatísticas das ofertas de cursos nessa área, ainda é considerada tímida se for comparado aos números envolvidos com a oferta de curso na modalidade EAD.

O Maciço de Baturité é formado por 13 municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. Desses municípios, apenas Redenção possui polo que oferta cursos EAD na área de gestão.

Conforme foi mencionado no capítulo anterior, o polo de Redenção é mantido pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e oferta os cursos de especialização em Gestão em Saúde, Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e o curso de graduação em Administração Pública (SISUAB, 2014).

Os cursos de especialização do PNAP, vinculados à UAB, tem como objetivo levar formação continuada na modalidade EAD visando qualificar os profissionais para as atividades gerenciais.

De acordo com o projeto pedagógico dos cursos de especialização em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde da Unilab, seus objetivos específicos são:

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas organizacionais;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado Brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal; e
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades administrativas.

Fonte: (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA/Unilab, 2014)

Em relação ao curso bacharelado em Administração Pública modalidade EAD, seus objetivos específicos diferem dos objetivos dos cursos de especialização. No entanto, seu objetivo geral é formar administradores públicos capazes de atuarem com competência e conhecimento na área em qualquer uma das esferas, seja federal, estadual ou municipal. Vejamos alguns dos principais objetivos específicos do curso em Administração Pública:

1. Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações;
2. Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente;
3. Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
4. Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

Fonte: (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/Unilab, 2014)

4.3.2 O papel do sistema Universidade Aberta do Brasil na formação de gestores da região do Maciço de Baturité

A Universidade Aberta do Brasil foi criada em 2006 pelo decreto nº 5.800, com o objetivo de levar formação superior aos municípios mais afastados dos centros urbanos por meio da educação a distância (UAB/CAPES, 2014).

Destacamos ainda que o sistema UAB prioriza a formação de professores para a educação básica. No entanto, o público alvo do sistema também são os gestores, dirigentes e trabalhadores da área da educação (UAB,2014).

O funcionamento do sistema UAB é baseado na integração entre os governos federal, estadual e municipal e as Instituições de Ensino Superior, devidamente cadastrados na Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES, 2014).

Vários cursos são ofertados pela UAB nos polos de apoio presencial mantidos pelas instituições participantes.

Para o diretor de educação e a distância da Capes, João Carlos Teatini, a UAB tem caráter de integração que alinha seus programas aos objetivos previstos na constituição federal do país (UAB;CAPES, 2014).

O sistema UAB se tornou um instrumento importante na expansão da educação aberta e a distância no país por meio de seus cursos e programas na modalidade EAD.

Um fator importante que deve ser levado em consideração é o crescimento social nos municípios que possuem polos de apoio presencial e isso, em boa parte, é mérito da educação a distância. Esse fato só reforça a importância dessa modalidade de ensino para a educação brasileira.

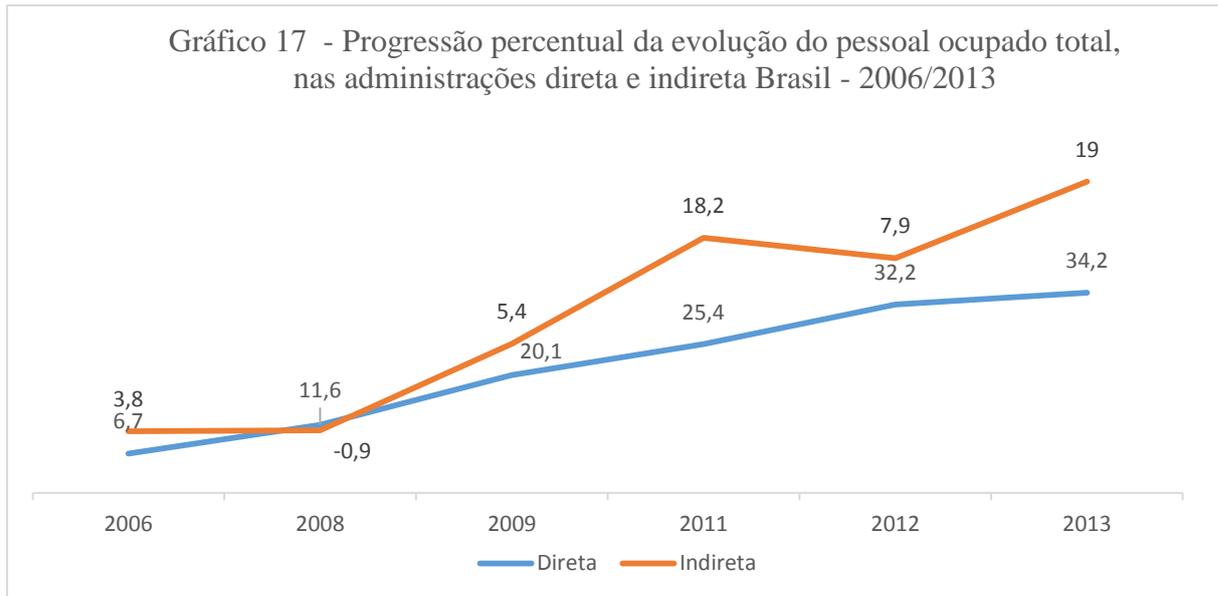
Nesse cenário está inserido um dos programas do sistema UAB, o Programa Nacional em Administração Pública. Esse programa visa formar profissionais com conhecimento e competência para atuarem na administração pública (UAB;CAPES, 2014).

Fazendo um panorama das IPES pelo Brasil, percebemos que há carência de ensino superior na região do Maciço. No município de Baturité existe um Campus do Instituto Federal do Ceará. No município de Pacoti está localizado o Campus de Educação Ambiental e Tecnológica da UECE. No município de Redenção localiza-se a Unilab. Embora o Maciço de Baturité possua a presença de três instituições de ensino superior, ainda assim é difícil o acesso da população a estas instituições.

Levando-se em consideração o fato de que as pessoas que moram afastadas dos centros urbanos e que na maioria das vezes não têm condições de se deslocarem até a zona urbana, impossibilitando o acesso à formação universitária ou à formação continuada, entenderemos o fundamental e importante papel do sistema UAB para essas regiões (UAB, 2014).

Outro fator que deve ser considerado é a relação entre o número de servidores nos municípios brasileiros e a qualificação desses profissionais, em especial, os gestores públicos.

De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil o número de servidores da administração direta e indireta vem aumentando continuamente. Analisando o quadro abaixo, percebemos que esse fato é comprovado pelo Perfil dos Municípios Brasileiros (MINC 2013).



Fonte: (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2013).

Esse gráfico revela que o número de servidores aumentou, no entanto, deve-se haver uma preocupação em relação a qualificação desses servidores. Se uma das principais características da nova gestão pública é a busca pela qualidade, eficiência e o bem estar público, então é imprescindível que haja uma valorização dos servidores públicos.

Os gestores representam o Estado e é extremamente necessário que esses profissionais recebam qualificação ou tenham oportunidades de atualizarem seus conhecimentos na área de gestão pública.

Esse é o papel do sistema UAB na região do Maciço de Baturité, abrir portas para o gestor ou os futuros gestores, sejam nessa região ou não, que buscam por meio dos cursos do PNAP, contribuir para um serviço público justo, concreto e de qualidade, além de levarem crescimento e desenvolvimento para seus municípios.

5. METODOLOGIA DO TRABALHO

Inicialmente foi realizada para a conclusão deste trabalho uma pesquisa bibliográfica a partir de fontes documentais, sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil e o seu papel junto à formação de gestores públicos da região do Maciço de Baturité.

Posteriormente, foi realizada uma coleta de dados, por meio de aplicação de questionário a um grupo de alunos dos cursos de especialização (modalidade EAD) da Unilab.

O levantamento de dados foi realizado de forma quantitativa e os resultados obtidos, por meio de coleta de informações, são apresentados para melhorar a compreensão desta monografia.

6. PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo é importante para enriquecer e melhorar a compreensão de um trabalho científico.

6.1 Apresentação e análise dos resultados

De acordo com a Figura 1, o percentual de entrevistados do sexo masculino corresponde a 48,39%. O percentual de entrevistados do sexo feminino compreende 50,00% do total e 1,61% dos entrevistados não responderam ou não souberam opinar.

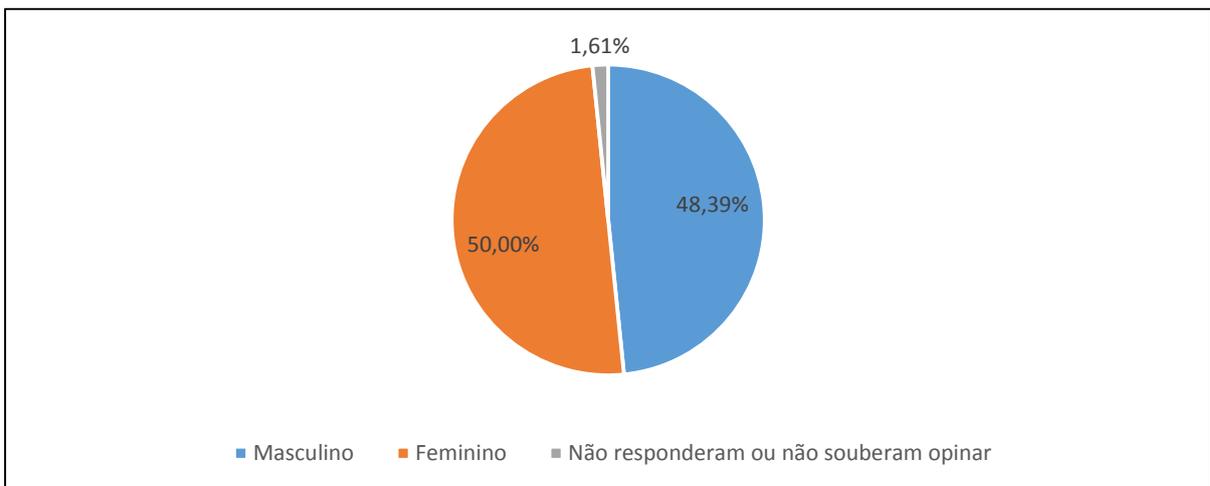


Figura 1: Gráfico mostrando a distribuição do sexo dos entrevistados

Conforme a Figura 2, o percentual de alunos com até 30 anos é 33,87%. O percentual compreendido dos entrevistados com idade entre 31 e 40 anos corresponde a 46,78%. A faixa etária acima de 40 anos compreende 17,74% do total. A quantidade de alunos que não responderam ou não souberam opinar corresponde a 1,61%.

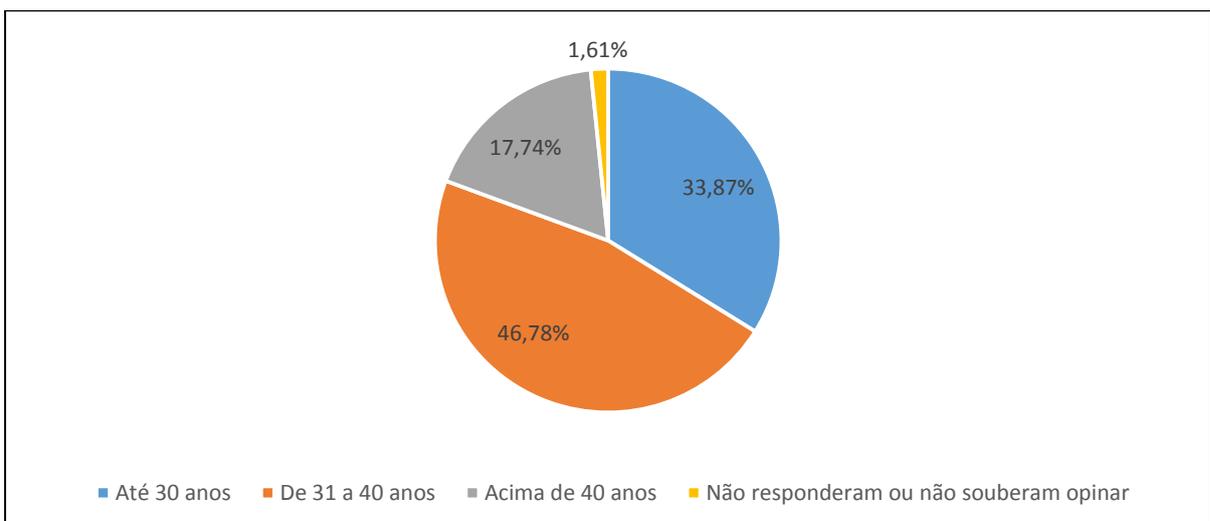


Figura 2: Gráfico mostrando a distribuição da idade dos entrevistados

De acordo com a Figura 3, a quantidade de pessoas que residem na região do Maciço de Baturité corresponde a 14,52%. E o percentual de alunos que residem em outras localidades

compreende 79,03% do total. O número de entrevistados que não responderam ou não souberam opinar corresponde a 6,45%.

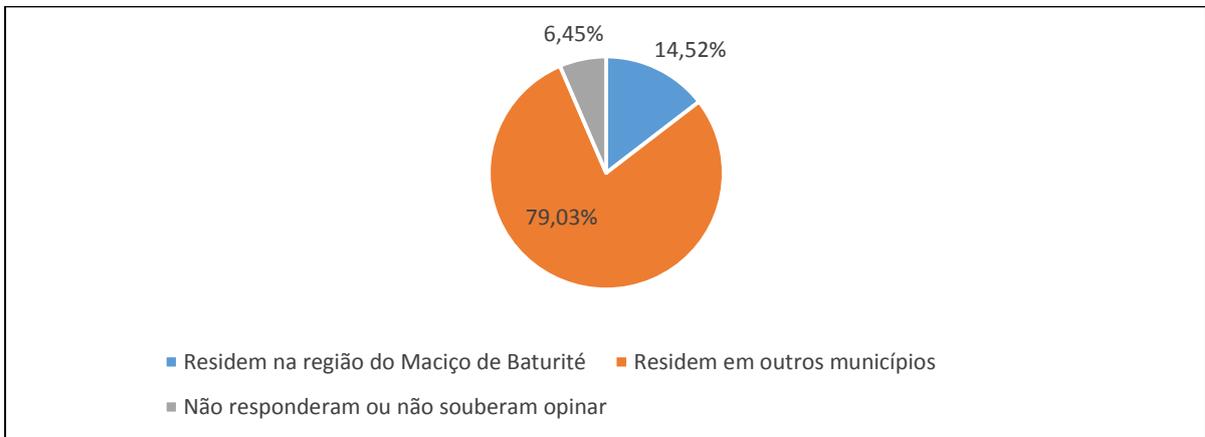


Figura 3: gráfico mostrando a distribuição do local de residência dos entrevistados

A distribuição de frequência por local de atuação profissional nos revela que 12,90% dos entrevistados trabalham na região do Maciço de Baturité. O percentual de alunos que trabalham em outros municípios corresponde a 79,03%. Do total de entrevistados, 8,07% não responderam ou não souberam opinar.

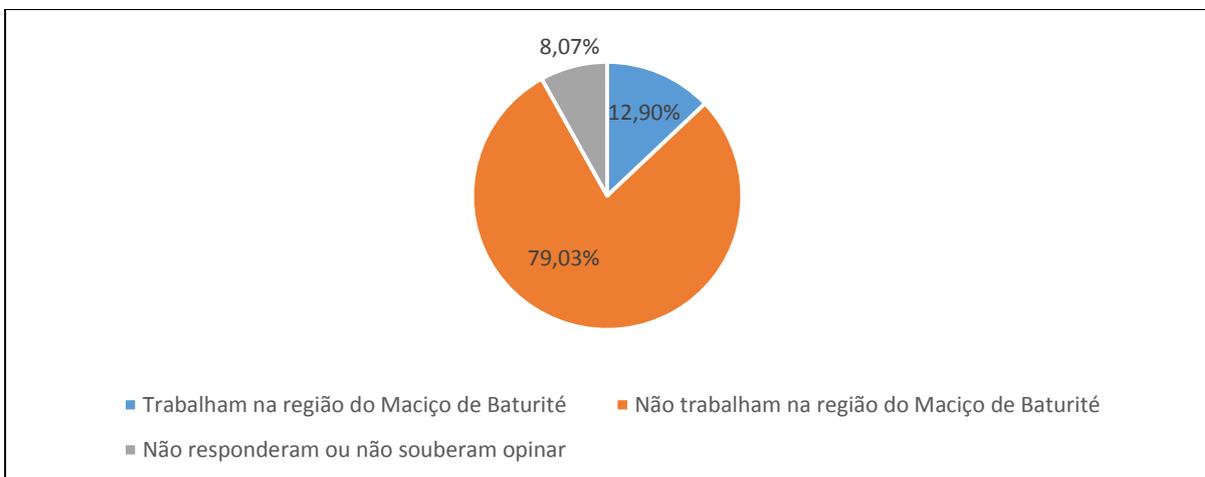


Figura 4: gráfico mostrando a distribuição do local de atuação profissional dos entrevistados

Na Figura 5 é apresentado que 33,87% dos entrevistados trabalham como gestor. Por outro lado o percentual de entrevistados que não trabalham na área de gestão corresponde a 59,68%. O percentual de entrevistados que não responderam ou não opinaram, corresponde a 6,45% do total.

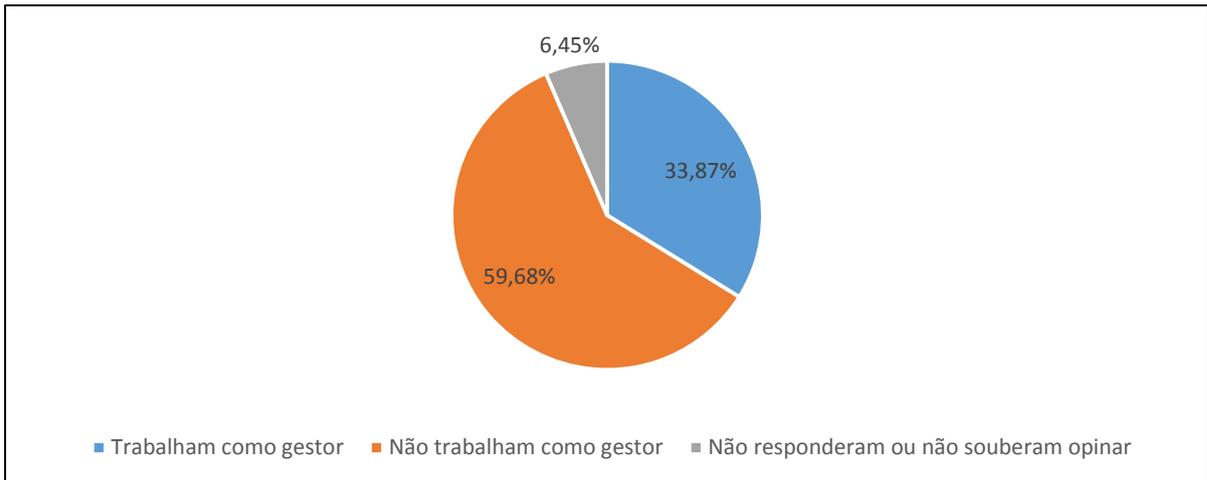


Figura 5: gráfico mostrando a distribuição dos entrevistados que atuam na área da gestão

De acordo com a Figura 6 a distribuição de frequência dos entrevistados que tem interesse em atuar na área de gestão se configura da seguinte forma: 88,71% dos entrevistados tem interesse em trabalhar como gestor e 6,45% não tem interesse em atuar como gestor. O percentual de alunos que não responderam ou não souberam opinar corresponde a 4,84%.

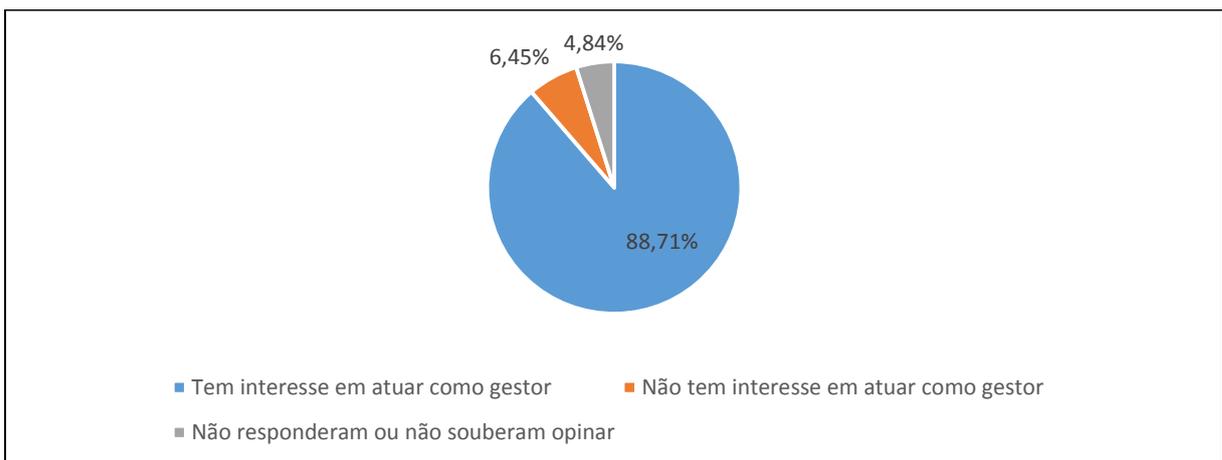


Figura 6: gráfico mostrando a distribuição dos entrevistados que tem interesse em atuar na área de gestão

De acordo com distribuição de frequência dos entrevistados por curso frequentado, verifica-se que o percentual que está concluindo o curso de especialização em Gestão Pública corresponde a 38,71%. A quantidade de alunos que frequenta o curso de Gestão Pública Municipal compreende 50,00% do total. Dos entrevistados estão concluindo o curso de Gestão em Saúde, apenas 3,23% responderam o questionário. O percentual de entrevistados que estão matriculados no curso de graduação em Administração Pública corresponde a 3,23%. Os alunos que não responderam ou não souberam opinar compreende a 4,84% do total.

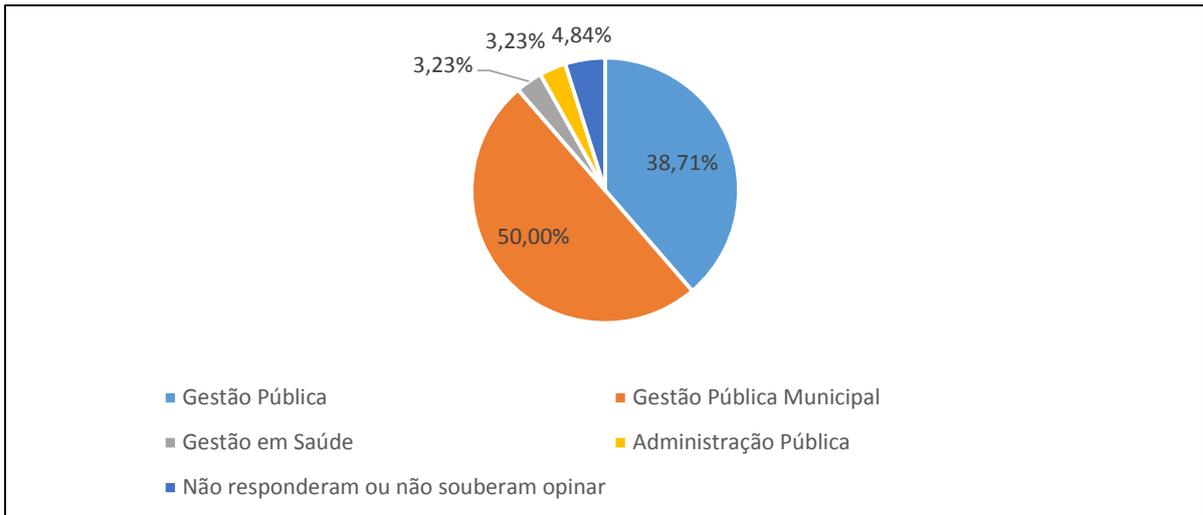


Figura 7: gráfico mostrando a distribuição da participação por curso dos entrevistados

De acordo com a Figura 8 o percentual de entrevistados que responderam que o curso tem influenciado de forma positiva suas vidas profissionais corresponde 82,26%. O quantitativo de alunos que responderam que o curso ainda não influenciou positivamente suas vidas profissionais compreende 4,84% do total. Aqueles que não responderam ou não souberam opinar corresponde a 12,90%.

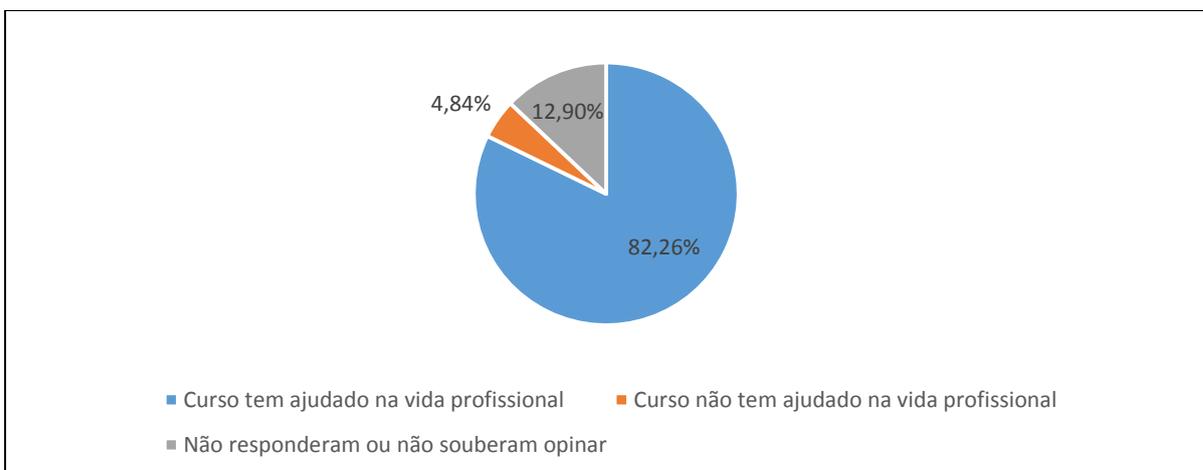


Figura 8: gráfico mostrando a distribuição da influência do curso na vida profissional dos entrevistados

A Figura 9 é apresentado que quase 90% dos entrevistados consideram importante o sistema UAB. Acreditam que os cursos oferecidos contribuem para a formação de pessoas qualificadas para atuarem na gestão pública, além de contribuírem com o crescimento e desenvolvimento da região do Maciço de Baturité.



Figura 9: gráfico mostrando a distribuição da importância do sistema UAB para os entrevistados

7. CONCLUSÕES

Através do levantamento bibliográfico feito para abordar o assunto sistema UAB, verificamos que a Universidade Aberta do Brasil contribui para a melhoria da educação superior no país. O foco principal desse sistema é a expansão da oferta de cursos de graduação e pós-graduação nas cidades afastadas dos principais centros urbanos do Brasil.

Constatamos, ainda, que a educação a distância se tornou um meio muito eficiente de ensino, embora possua alguns obstáculos a serem ultrapassados. Os cursos e programas do sistema UAB utilizam o ensino a distância para formarem profissionais capacitados e qualificados para atuarem nas diversas áreas do conhecimento.

O levantamento bibliográfico ainda mostrou que o sistema UAB, por meio do Programa Nacional em Administração Pública, trabalha com formação de gestores públicos e com a formação continuada de profissionais que visam atuar, como gestores, no serviço público.

A aplicação de questionário constatou que os entrevistados se interessam pela questão de formação de gestores públicos na região do Maciço de Baturité. Muitos dos entrevistados têm interesse em trabalhar como gestor e buscam qualificação por meio dos cursos do PNAP oferecidos pela Unilab.

Ainda com base no questionário aplicado, verificamos que a maioria dos entrevistados possui formação superior em diversas áreas do conhecimento e optaram pelos cursos de especialização do PNAP por acreditarem no benefício que esses cursos trariam para suas vidas profissionais. Como maior parte dos entrevistados está em fase de conclusão de algum curso, a avaliação feita por esses alunos, em relação a influência do curso no seu desempenho profissional, foi bastante positiva.

A última pergunta do questionário foi sobre a importância que os entrevistados dão ao sistema UAB/PNAP na formação de gestores na região do Maciço de Baturité. As respostas foram muito variadas, no entanto, todas seguiram um mesmo raciocínio. O sistema UAB, por meio de seus cursos, se caracteriza como uma porta aberta para os diversos profissionais da região do Maciço.

De acordo com alguns entrevistados a carência que a região tem de gestores qualificados e capacitados para atuarem nos municípios, interfere no crescimento e desenvolvimento daquele local e a introdução desses profissionais especialistas na região significará melhoria nos índices sociais e econômicos.

Outros entrevistados disseram que a Unilab presta uma valiosa contribuição para formação de futuros gestores da região do Maciço de Baturité e abre uma perspectiva promissora para as novas gerações.

Numa região de grande vulnerabilidade social e onde municípios são considerados território de pobreza, os fatores que podem minimizar essa situação podem ser encontrados na gestão eficiente e consciente, ou seja, gestores com formação adequada para proporem mudanças significativas e positivas.

Diante desse cenário de tantas dificuldades e desigualdades sociais, os entrevistados consideram importante o sistema UAB para a região do Maciço, pois a formação teórica recebida no curso, atrelada a fatores econômicos e políticos, pode significar transformações e melhorias, a médio e a longo prazo, nessa região.

Concluimos, portanto, que o papel do sistema Universidade Aberta do Brasil é levar educação superior ao interior do país, como é o caso do Maciço de Baturité, por meio dos cursos do PNAP, favorecendo o crescimento e desenvolvimento da região atendida pelo programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED. Disponível em: www.abed.org.br. Acesso em 30 de março de 2014.

CEARÁ. Lei nº 15.321, de 4 de março de 2013. Altera dispositivos da Lei nº 13.875 de 7 de fevereiro de 2007, e alterações subsequentes, cria o Centro de Educação a Distância do Estado do Ceará -CED, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, 8 de mar. 2013. Série 3, p. 3.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/sisuab>. Acesso em 06 de abril de 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COVEY, Stephen R. *O 8º hábito: da eficiência à grandeza*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2004.

DALMAU, Marcos Baptista Lopez. **Introdução à Educação a Distância**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/Universidade Federal de Santa Catarina: [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.

DIÓGENES, Clarissa Gomes; AGUIAR, José Reginaldo (org.). **UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção: UNILAB, 2013.

FARJADO, Vanessa. **Guia de carreiras: administração pública**. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2012/02/guia-de-carreiras-administracao-publica.html>. Acesso em 10 de junho de 2014.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Formação do patrono político brasileiro. São Paulo: Globo, 1995, v.1 e 2.

FILHO, Alécio Fiel, et al. **Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MATTAR, João. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MOTA, Ronaldo; CHAVES, Hélio. **Perspectivas para a Educação a Distância no Brasil**. In: **ABRAED – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação a Distância**. São Paulo: Monitor Editorial, 2006.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. *Educação a Distância: uma visão integrada*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova Gestão Pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

PETERS, O. **A educação a distância em transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

PIVA JR, Dirlemendo; PUPO, João Ricardo Silveira; GAMEZ, Luciano; OLIVEIRA, Saullo Hanniel Galvão de. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ROMUALDO, Jenifer Soares. Trabalho em equipe: juntos somos muito melhores do que sozinhos. Portal da Educação, jul./2011. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/10105/trabalho-em-equipe-juntos-somos-muito-melhores-do-que-sozinhos>. Acesso em 20 de maio de 2014.

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos. **Plano Plurianual e Orçamento Público**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/Universidade Federal de Santa Catarina: [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

SILVA, Marco; PESCE, Lucila; ZUIN, Antônio. **Educação Online: cenário, formação e questões didático-metodológicas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: www.uab.capes.gov.br. Acesso em 11 de janeiro de 2014.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Disponível em: www.unilab.edu.br. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

Universidade Federal do Tocantins – UFT. Disponível em: www.uft.edu.br. Acesso em 21 de abril de 2014.

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/gestaopublica/gestaopublica/Home/O-curso/O-Gestor-Publico>. Acesso em 10 de junho de 2014.

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel. **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
DIRETORIA EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (DEAAD)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Pesquisa de campo para monografia que visa verificar a importância do papel do sistema UAB na formação de gestores do Maciço de Baturité.

Tema: **“O papel do sistema UAB na formação de gestores da região do Maciço de Baturité”.**

QUESTIONÁRIO

Perfil do entrevistado
Sexo: () Masculino () Feminino
Idade:
Graduação:

1. Reside em alguma cidade do Maciço de Baturité? Qual?

2. Qual cidade de atuação profissional?

3. Trabalha como gestor? Se sim, há quanto tempo?

4. Tem interesse em atuar na área de gestão?

5. Qual curso do sistema UAB/PNAP está concluindo:

() Gestão em Saúde () Gestão Pública () Gestão Pública Municipal () Administração Pública

6. O curso tem auxiliado de alguma forma na sua vida profissional?

7. Na sua opinião qual a importância do sistema UAB na formação de gestores da região do Maciço de Baturité, considerando o objetivo dos cursos do Programa Nacional de Administração Pública (PNAP), que é proporcionar formação de gestores que utilizem uma linguagem comum e que compreendem as especificidades das esferas públicas.
